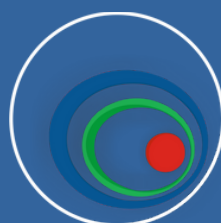

ISSN: 2764-7498

INFORMATIVO NECAT

nº7

SETEMBRO/ 2022



NECAT

NÚCLEO DE ESTUDOS DE
ECONOMIA CATARINENSE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

Presidente

Lauro Mattei – Professor do Departamento CNM/UFSC

Corpo Editorial

Beatriz Miotto | Doutora em Economia/UNICAMP e Professora de Economia/UFABC

Clecio Azevedo da Silva | Professor do Departamento GCN/UFSC

Ivo Marcos Theis | Professor de Economia/FURB

Juliano Luiz Fossá | Doutor em Administração/UFSC

Comitê Científico

Lauro Mattei – Professor do Departamento CNM/UFSC

Juliano Giassi Goularti | Doutor em Economia/UNICAMP

Vicente Loeblein Heinen | Economista pela UFSC

Equipe Técnica

Matheus Souza da Rosa | Estudante de Economia/UFSC

Guilherme Ronchi Razzini | Estudante de Economia/UFSC

Gabriella Regina de Souza | Estudante de Economia/UFSC

Andrey Paula e Silva | Estudante de Economia/UFSC

Clareana Vivaldini Ferreira | Estudante de Economia/UFSC

Pedro Henrique Batista Otero | Estudante de Economia/UFSC

Endereço

NECAT - Núcleo de Estudo de Economia Catarinense.
Departamento de Economia e Relações Internacionais.

Centro Socioeconômico
Campus Universitário Trindade
Universidade Federal de Santa Catarina.
CEP: 88040-900 Florianópolis, SC - Brasil
Email: necat.ufsc@gmail.com
Telefone: (48) 3721-6550

SUMÁRIO

Temas de Conjuntura

- 01 Governo Bolsonaro: A pior média de crescimento anual do PIB desde 1999

José Luis Oreiro e Helder Lara Ferreira-Filho

Temas de Economia Catarinense

- 06 Enquanto produção industrial nacional se mantém estagnada, a indústria catarinense se expande.

Matheus Rosa

- 17 Volume de serviços em Santa Catarina atinge maior nível da pandemia em julho/22

Matheus Rosa e Guilherme Ronchi Razzini

- 27 Varejo registra retração novamente e contraria expectativa do mercado

Guilherme Ronchi Razzini

Temas de Mercado de Trabalho

- 36 Em julho Santa Catarina registrou o menor saldo de vagas formais de trabalho no ano de 2022

Andrey de Paula e Silva

Temas Sociais

- 48 A fome atinge aproximadamente 900 mil pessoas em SC

Lauro Mattei

- 52 971 mil catarinenses estavam em situação de pobreza ao final de 2021

Lauro Mattei

GOVERNO BOLSONARO: A PIOR MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB DESDE 1999

*José Luis Oreiro**
*Helder Lara Ferreira-Filho***

Em 2012, quando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 foi anunciado pelo IBGE em 2,7% (posteriormente, em 2015, revisado para 3,9%), muitos o chamaram de “pibinho”. Pois bem, o resultado do PIB no segundo trimestre de 2022 foi um crescimento de 1,2%, relativamente ao trimestre imediatamente anterior. Isso fez com que houvesse revisões nas expectativas de crescimento para a economia brasileira para o ano fechado de 2022, chegando a 2,65%, segundo as expectativas de mercado no Relatório Focus do Banco Central. Seria este um motivo para comemorar, como muitos têm feito, inclusive parte daqueles que chamavam exatamente esse crescimento de “pibinho”? Será que o país estaria “voando”?

Em primeiro lugar, não é cabível pegar os dados de crescimento de um trimestre e extrapolar para o ano todo, sendo que fatores pontuais podem fazer com que a economia de qualquer país cresça mais num trimestre do que no outro, sem que isso signifique uma aceleração da tendência de crescimento da economia no médio ou no longo prazo. Além disso, há motivos importantes para que essa aceleração no crescimento não se mostre sustentável adiante. No segundo trimestre, indústria, serviços e agropecuária registraram alta, sendo que o setor de serviços, com maior peso no PIB, puxou o resultado geral. Os serviços têm respondido à normalização das atividades com o avanço contínuo da vacinação contra a Covid e aos incentivos dados pelo governo federal neste ano eleitoral. De fato, pudemos observar a antecipação do 13º salário, a liberação de saque antecipado do FGTS, a elevação da margem do crédito consignado, a manutenção do auxílio no valor de 600 reais até o final do ano, a desoneração de produtos industrializados e a intervenção nos preços combustíveis. No entanto, os efeitos dessas medidas e da reabertura da economia se diluem com o tempo, e outros problemas vão começar a se materializar nos próximos trimestres.

* É Professor associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do País Basco (Bilbao, Espanha), pesquisador Nível I do CNPq e líder do grupo de pesquisa Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento (www.sdmg.com). Contato: joreiro@unb.br. Página pessoal: www.joseluisoreiro.com.br.

** É mestre em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorando em economia pela Universidade de Brasília (UnB). Opiniões pessoais, não institucionais. Contato: helder.laferf@gmail.com.

Por exemplo, a alta no consumo veio acompanhada de índice recorde de inadimplência das famílias brasileiras, atingindo 79% delas, com grande parte sem conseguir pagar nem as contas de água e luz. O desemprego ainda atinge cerca de 10 milhões de brasileiros, e mesmo dentre os empregados, 40 milhões estão na informalidade e no trabalho precário. Ainda, nos próximos trimestres e em 2023, veremos os efeitos defasados da política monetária restritiva no arrefecimento da demanda. Outra questão é o quadro externo, com elevações de juros também em outros países, o que tende a levar a uma desaceleração global, o que impacta o Brasil de diversas formas, inclusive pelo canal do aumento da percepção de incerteza e da redução do preço de *commodities*. A percepção de incerteza pode inclusive se elevar durante as eleições e nos momentos subsequentes. Logo, enquanto vemos uma aceleração do crescimento para 2022, as expectativas para 2023 seguem se deteriorando.

Em segundo lugar, não se pode ignorar o passado. O governo Bolsonaro não começou em 2022, mas no dia primeiro de janeiro de 2019. Dessa forma, para uma melhor avaliação, é preciso verificar **o conjunto da obra** e sua comparação com os dados observados em períodos anteriores. Na tabela abaixo, pode-se observar a taxa média anual de crescimento real do PIB (já descontada a inflação) desde o início do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique (1999) até o último dado disponível, que corresponde ao ano de 2021, terceiro ano do mandato do presidente Bolsonaro.

Tabela 1 – Taxa de crescimento médio por governo (1999-2021)¹

Governo	Período	Taxa Média de Crescimento do PIB (a.a)	Crise Externa ?
Fernando Henrique Cardoso	1999-2002	2,49%	Crise das empresas pontocom, Atentado as torres gêmeas (2001)
Lula	2003-2006	3,39%	Não
Lula	2007-2010	4,21%	Crise Financeira Internacional (2008)
Dilma	2011-2015	1,10%	Crise do Euro (2012)
Temer	2017-2018	1,50%	Não
Bolsonaro	2019-2021	0,52%	Covid-19 (2020)

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores.

Conforme podemos observar claramente na Tabela 1, o crescimento médio da economia Brasileira se acelera na passagem do segundo mandato do governo Fernando Henrique para o primeiro mandato do Presidente Lula. Apesar da ocorrência da maior crise da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929, a assim chamada crise financeira internacional (2008), a economia brasileira no segundo mandato do presidente

¹ Na elaboração dessa tabela, o ano de 2016 foi excluído do cálculo das médias por ter sido um ano atípico em que o Brasil teve dois Presidentes: Dilma Rouseff (até abril de 2016) e Michel Temer (de maio a dezembro de 2016).

Lula (2006-2010) ganha ainda mais tração e apresenta um crescimento médio de 4,21% a.a. no período.

A desaceleração do crescimento tem início no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, em parte resultado da crise do Euro em 2012 e do fim do boom de commodities, mas também de diversos erros na condução da política macroeconômica como as desonerações fiscais sem contrapartida, a intervenção desastrosa no setor elétrico e nos preços dos combustíveis (esse filme parece conhecido) e a tentativa de acelerar o crescimento econômico por intermédio de uma política de expansão da demanda agregada, num contexto em que a economia estava sobreaquecida e perdendo dinamismo pelo lado da oferta devido à desindustrialização prematura.

A combinação de todos esses elementos, os impactos da Lava Jato (sobre a economia, o ambiente político e a incerteza) e a crise hídrica fazem com que a economia brasileira entre em recessão no segundo semestre de 2014, o que não impede a Presidenta Dilma de se reeleger em outubro desse mesmo ano. O início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff foi caracterizado pela reversão completa na condução da política macroeconômica. Se no primeiro mandato, tanto a política fiscal como a política monetária foram, na média, expansionistas, no ano de 2015 o governo puxa todas as travas da economia ao mesmo tempo: redução de 35% do investimento público em termos reais, aumento da taxa Selic para 14% a.a. e “tarifaço”, ou seja, aumento rápido das tarifas de eletricidade e nos preços dos combustíveis. O resultado obtido, incluindo ainda efeitos da Lava Jato e da crise hídrica, foi exatamente o previsto em qualquer manual de macroeconomia: uma queda vertiginosa do PIB (-3,15%) e uma forte aceleração da inflação, a qual chega quase a 11% no final do ano.

O desastre econômico abre caminho para o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer como Presidente da República (dando fim aos 13 anos e alguns meses do governo petista). No governo Temer, a economia sai da grande recessão de 2014 a 2016, mas apresenta um crescimento médio de 1,5%, inferior ao observado no segundo mandato do governo Fernando Henrique e muito menor do que o ocorrido nos dois mandatos do Presidente Lula.

Quando Bolsonaro assume em primeiro de janeiro de 2019, a economia brasileira não se encontrava mais em recessão, embora estivesse crescendo a um ritmo médio muito inferior ao observado no período 1999-2010. Mesmo assim, no ano de 2019 a economia brasileira apresenta um crescimento de apenas 0,97%, desacelerando frente ao período anterior. A tendência de desaceleração continuava no início de 2020, de acordo com os

dados de atividade antecipados pelo Banco Central para os meses de janeiro e de fevereiro de 2020, anteriores à pandemia.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decreta estado de Pandemia de Covid-19. Medidas de restrição à mobilidade social (embora malvistas pelo governo brasileiro) foram adotadas em todos os países civilizados, dada a incerteza quanto ao vírus e a ausência de tratamento efetivo e de vacinas naquele momento. Graças à iniciativa do Congresso Nacional, foi aprovada uma Emenda Constitucional que viabilizou o pagamento de um Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 por três meses para 66 milhões de pessoas. Essa medida amorteceu o impacto das medidas de distanciamento social sobre o PIB, o qual apresentou uma queda de “apenas” 3,74% em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, expirou o “estado de calamidade pública”, o qual permitiu o pagamento do auxílio emergencial ao longo daquele ano. Mesmo com o contágio e as mortes por causa da Covid-19 ainda elevadas no Brasil e no mundo, o governo não solicitou prorrogação do estado de emergência. Nos 6 meses seguintes, o Brasil iria registrar mais de 400 mil mortes por conta do Covid-19, o dobro do que registrou no ano anterior, mesmo que em 2021 as vacinas estivessem amplamente disponíveis.

Retornemos à economia. Após um tombo de quase 4% em 2020, tendo sido aprovada em 2019 a Reforma da Previdência, muitos analistas apostavam não só numa recuperação em V da economia, como ainda na retomada do crescimento econômico. Não foi o que ocorreu. A economia recuperou o que havia perdido em 2020, mas nada mais além disso. Na média do período 2019-2021, o crescimento do PIB foi de somente 0,52% a.a., patamar inferior ao observado no primeiro ano do governo Bolsonaro, o qual já havia sido menor do que o observado na média do período de governo de Michel Temer.

Mesmo absorvendo os dados deste ano, apesar do crescimento de 1,2% no segundo trimestre de 2022, o PIB brasileiro ainda se encontra 0,3 p.p. abaixo do pico da série histórica, ocorrido no primeiro trimestre de 2014, durante a gestão da Presidenta Dilma Rouseff. Isso para não falar da queda no PIB per capita, sendo que a população cresceu nesse período entre 2014 e 2022. Apesar de todas as reformas feitas nos governos Temer (Teto de gastos, reforma trabalhista, reformulação do BNDES, etc.) e Bolsonaro (Previdência, marcos regulatórios, dentre outros), o fato é que a economia brasileira é menor do que era no início de 2014, o que deixa evidente o fracasso da política econômica desde então. Enfim, se for alegada apenas a Covid-19 como justificativa para o desempenho ruim do atual governo, devemos lembrar da maior crise mundial desde

1929 ocorrida durante o Governo Lula e as diversas crises durante o governo FHC. Finalmente, de acordo com levantamento do economista Sérgio Gobetti, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), **numa amostra de 50 países**, o Brasil apresentou **trigésima segunda posição** dentre as taxas de crescimento no período 2019-2021. Respondendo à pergunta inicial do texto: não, nada temos a comemorar.

ENQUANTO PRODUÇÃO INDUSTRIAL NACIONAL SE MANTÉM ESTAGNADA, A INDÚSTRIA CATARINENSE SE EXPANDE

*Matheus Rosa**

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE), divulgada em setembro/22 e com resultados referentes ao desempenho industrial de julho/22, mostrou um novo avanço da produção física catarinense na série mensal com ajuste sazonal, com o registro expansivo de 1,9% em relação ao índice de junho. Enquanto isso, o resultado nacional manteve a tendência de estagnação que tem caracterizado a trajetória do setor ao longo do ano, apresentando apenas uma variação mensal de 0,6%.

O cenário regional apresentou variações hegemonicamente negativas, com retração dos resultados em nove das 14 Unidades da Federação (UFs) presentes na pesquisa. Foram catalisadores desse movimento de quedas os estados do Espírito Santo (-7,8%), da Bahia (-7,3%), e do Ceará (-4,1%), com quedas expressivas e que contribuíram para puxar para baixo a variação nacional. Por outro lado, Pará (4,7%), Mato Grosso (3,7%) e Santa Catarina (1,9%) registraram os melhores resultados.

Na prática, os dados de julho/22 mostraram a manutenção da tônica que o setor apresentou ao longo do ano, sendo o cenário nacional de estagnação característico de uma conjuntura de demanda persistentemente deprimida, seja por conta da resiliência inflacionária, da elevada taxa de juros, da manutenção da taxa de desemprego elevada ou mesmo das oscilações da demanda no setor externo. Em nível local, o saldo positivo de Santa Catarina mostra a reação de um parque industrial relativamente mais diversificado e capaz de reagir a choques, ainda que a debilidade dos indicadores macroeconômicos certamente reduza a amplitude dessa reação.

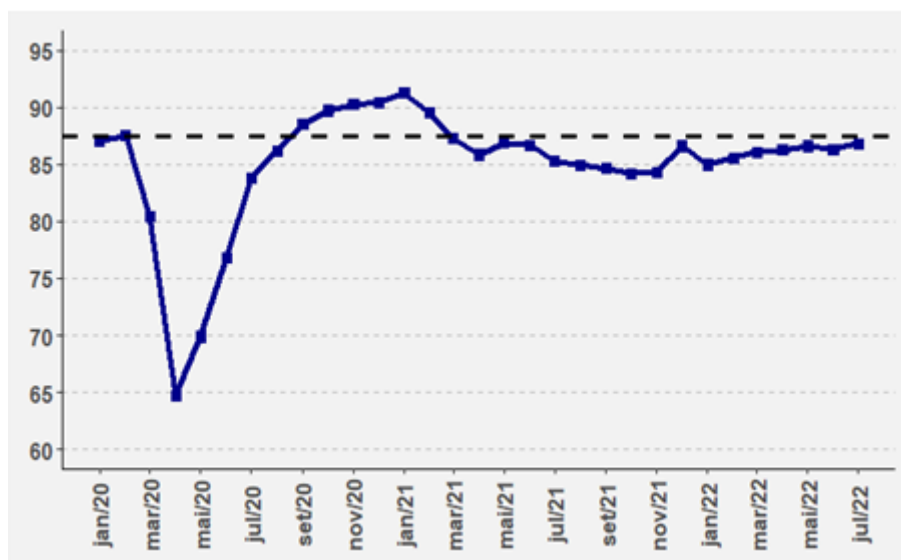
Ao longo do texto será exposto o conjunto dos resultados da PIM-PF de julho, com destaque para as oscilações ocorridas entre as distintas bases de comparação, para os desempenhos intersetoriais e para as dinâmicas regionais. Para além da exposição da conjuntura setorial, ao final, será também apontado um breve prognóstico para os próximos meses

* Bolsista do Necat/UFSC e graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina. Email: matheusrosa.contato@outlook.com.

Resultado de estagnação e incapacidade de superar o teto da pandemia: a atividade industrial nacional em julho/22

O saldo do índice de produção física industrial nacional registrou, em julho/22, variação de 0,6% frente o patamar registrado no mês anterior. Com isso, o índice se mantém abaixo da linha que mostra o patamar registrado em fevereiro de 2020, último mês do pré-pandemia, como ilustrado no Gráfico 1. Ao longo do ano, ainda que registrando uma expansão tímida em relação ao nível de janeiro, a tendência estabelecida é de estagnação do ritmo produtivo, sendo as variações mensais de baixo dinamismo. Expressando os diferentes momentos econômicos do período da pandemia, o índice se encontra acima do patamar de 2021, porém abaixo da trajetória positiva verificada no segundo semestre de 2020.

Gráfico 1: Índice de produção física industrial, Brasil (2020, jul/2022)



Fonte: IBGE. Elaboração: Necat/UFSC.

O quadro do setor nos últimos doze meses, a partir das bases de comparação presentes na PIM-PF encontra-se sintetizado na Tabela 1. A série mensal com ajuste sazonal, com a já referida variação de 0,6%, registrou o quinto resultado positivo do ano, ainda que o nível dessas variações seja consideravelmente reduzido. Na comparação com julho de 2021, o resultado foi retrativo na ordem de -0,5%, consolidando-se um cenário de retornos negativos que se repetiu em seis dos 7 primeiros meses do ano. Em termos

regionais, contudo, essa série apresentou contexto positivo, com expansões em onze das 14 UFs pesquisadas.¹

Tabela 1: Variação da atividade industrial no Brasil em diversos períodos

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
ago/21	-0,4	-0,6	9,3	7,2
set/21	-0,4	-4,1	7,6	6,5
out/21	-0,5	-7,8	5,7	5,7
nov/21	0,2	-4,4	4,7	5
dez/21	2,7	-5	3,9	3,9
jan/22	-1,9	-7,3	-7,3	3,1
fev/22	0,7	-4,1	-5,7	2,8
mar/22	0,6	-1,9	-4,4	1,8
abr/22	0,2	-0,5	-3,4	-0,3
mai/22	0,4	0,5	-2,6	-1,9
jun/22	-0,3	-0,5	-2,2	-2,8
jul/22	0,6	-0,5	-2	-3

Fonte: PIM-PF/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

No escopo dos resultados acumulados o quadro é de retração, com variações negativas pela perspectiva anual e também de doze meses. Em relação ao acumulado anual, a série registra perda de -2% na comparação com o acumulado do mesmo período de 2021, mantendo-se a tônica de retrações verificada em todos os meses do ano, ainda que a magnitude das perdas esteja diminuindo paulatinamente. Em outra direção, o acumulado de doze meses mostra um aprofundamento das retrações, sendo o resultado de -3% o mais negativo registrado no ano.

Em termos agregados, o cenário macroeconômico desestimulante se expressa no ritmo reduzido da produção física. Numa perspectiva de curto prazo, as restrições de demanda oriundas da inflação persistente, do desemprego ainda elevado e do ciclo de alta dos juros – interna e externamente – condicionam a trajetória de estagnação da atividade industrial que é retratada pelas variações da série mensal e pelo movimento do índice desde janeiro. Além disso, as incertezas oriundas do cenário externo conturbado e a manutenção de desarranjos nas cadeias globais de valor, em decorrência da guerra na Ucrânia e de outras tensões internacionais, dificultam a obtenção de insumos e geram gargalos pelo lado da oferta, o que também deprime o nível produtivo que se explicita, principalmente, no registro de um ritmo reduzido comparativamente ao ano de 2021, como mostra a série acumulada.

¹ Se destacam as expansões no Mato Grosso (25,6%), Amazonas (7,7%) e Pará (4,8%). Espírito Santo (-10,6%), Ceará (-3,9%) e Pernambuco (-2,6%), todavia, apresentaram retrações.

Uma visão complementar pode ser obtida pela estratificação por grandes categorias econômicas (CGCE-IBGE) presente na Tabela 2. Em julho, a variação mensal captou variações positivas em dois dos macrossetores, sendo as expansões de bens intermediários e de bens de consumo de 2,2% e 0,9%², respectivamente. Bens de capital, por outro lado, registraram retração de -3,7% frente o nível de junho. Já pela perspectiva acumulada, a retração é geral: bens de consumo (-2,7%), bens intermediários (-1,7%) e bens de capital (-1,6%). Chama atenção a expressiva retração na produção de bens de consumo duráveis (-10,2%), o que pode estar relacionado hipoteticamente a uma maior dificuldade de obtenção desses produtos no contexto de crédito encarecido pela elevação da taxa básica de juros.

Tabela 2: Variação da atividade industrial do Brasil em vários períodos, por Grande Categoria Econômica, em julho de 2022

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Bens de capital	-3,7	-5,8	-1,6	3,7
Bens intermediários	2,2	0	-1,7	-2,6
Bens de consumo	0,9	0,5	-2,7	-5,7
Consumo duráveis	-7,8	-0,8	-10,2	-15,4
Consumo não duráveis	1,6	0,8	-0,8	-3,2

Fonte: PIM-PF IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Entre as atividades da indústria de transformação o cenário também é negativo, com retrações registradas em 16 dos 25 setores. Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos registrou a maior retração em julho, com variação negativa de -22% frente o nível de junho. Máquinas e equipamentos (-10,4%) e outros produtos químicos (-9%) também apresentaram retrações relevantes, amplificando quedas que já haviam sido registradas no mês anterior. Na contramão, as indústrias de produtos farmoquímicos (10%) e de outros equipamentos de transporte (5%) apresentaram expansões positivas, ainda que as mesmas tenham sido apenas recuperações parciais das perdas do mês anterior. Produtos alimentícios, setor de maior participação no valor da transformação industrial (VTI) nacional, também expandiu, sendo o resultado de 4,3% a terceira variação mensal consecutiva.

² Entre os bens de consumo duráveis e não duráveis registrou-se uma relevante disparidade, como também é mostrado na Tabela 2.

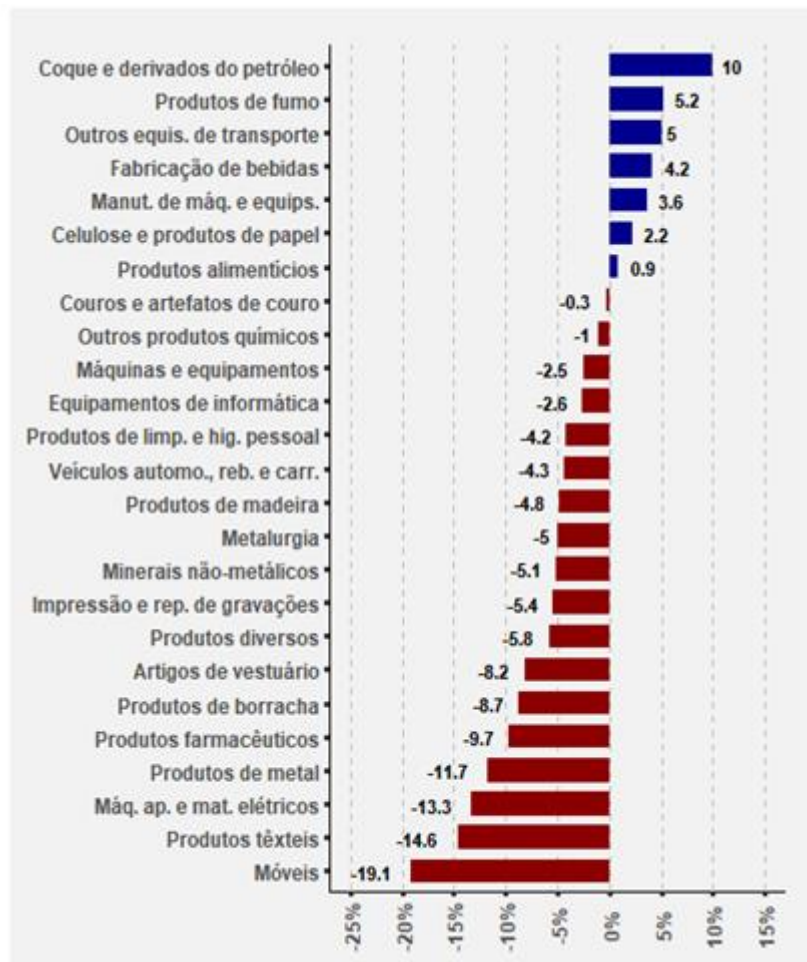
Tabela 3: Produção Física Industrial do Brasil por Setores de Atividades, mês a mês com ajuste sazonal

Setor de Atividades	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22
Indústrias extrativas	-5,3	5,6	0,7	0,2	-6,2	2,8	2,1
Indústrias de transformação	-1,5	0,5	0,9	0,2	0,8	-0,2	0,4
Produtos alimentícios	1,4	2,8	-2,2	-4,8	2	0,8	4,3
Fabricação de bebidas	-6,7	6	6,7	3,6	-0,8	-0,8	-0,7
Fabricação de produtos do fumo	0,1	0,8	17,3	-12,6	-4	-2,8	-6,4
Produtos têxteis	-1,7	-1,6	-2,3	5,1	2,2	-1,4	-1,7
Artigos do vestuário e acessórios	-0,8	-0,7	-3,8	2,3	-0,5	7,1	-4,1
Artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-6	-1,8	10	0,7	9,1	0,3	-5,6
Fabricação de produtos de madeira	-3,5	-2	-1,4	-3,2	3,5	-4,6	-7,2
Celulose, papel e produtos de papel	-1,1	-4,4	3,6	1,9	-1,2	4,3	2,1
Impressão e reprodução de gravações	1,2	-13,6	1,7	8,2	6,1	-7	3
Produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2,8	-2,1	-0,7	5	0,2	-1,3	2
Produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	-1,3	0,3	0,4	1,3	0,6	3,6	-0,9
Outros produtos químicos	-2,9	0	7,7	3,5	-8,6	-0,7	-9
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-3,1	12,3	-8,5	4,1	0,9	-14,8	10
Produtos de borracha e de material plástico	-4,9	4,1	-0,4	2,6	0,9	-0,1	0,3
Produtos de minerais não metálicos	-3,7	0,4	0,9	0	-0,4	-1,1	-0,9
Metalurgia	-4	4,5	1,3	-1	1,2	-1,1	2
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-4,2	4,1	-3,9	2,6	1,3	-0,1	-3,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-11,3	0,9	8	-3,4	3,4	-3	-7,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,7	2,7	-5,1	1,6	6,1	1,5	-2,1
Máquinas e equipamentos	-2,5	-0,9	5,5	-3,4	8,8	-3,8	-10,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-15,9	4,5	6,7	-4,6	3,7	6,1	-5,7
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-8,5	13,5	2	-7,7	6,8	-7,4	5
Fabricação de móveis	-4,7	2,2	-4,4	3,7	1,6	-1,6	-5,4
Fabricação de produtos diversos	-2,8	5,8	-3,2	-5,3	7,6	-3,8	1,3
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-6,4	-0,7	-0,5	6,6	6	0,8	-22

Fonte: PIM-PF IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

O saldo anual desses desempenhos setoriais é apresentado pelo Gráfico 2. Assim como no resultado agregado da série acumulada, a maioria das variações para o período jan-jul/2022 é negativa, destacando-se a retração dessas informações em dezoito das 25 atividades desagregadas. A produção moveleira apresentou o pior resultado, com retração acumulada de -19,1%. Produtos têxteis (-14,6%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-13,3%) e produtos de metal (-11,7%) também apresentaram retrações significantes, acima de dois dígitos. Já entre os setores com acumulados positivos, os destaques ficaram por conta de coque e produtos derivados do petróleo (10%), produtos de fumo (5,2%), outros equipamentos de transporte (5%) e fabricação de bebidas (4,2%).

Gráfico 2: Produção física industrial no Brasil, por setores de atividades, acumulado no ano (2022)

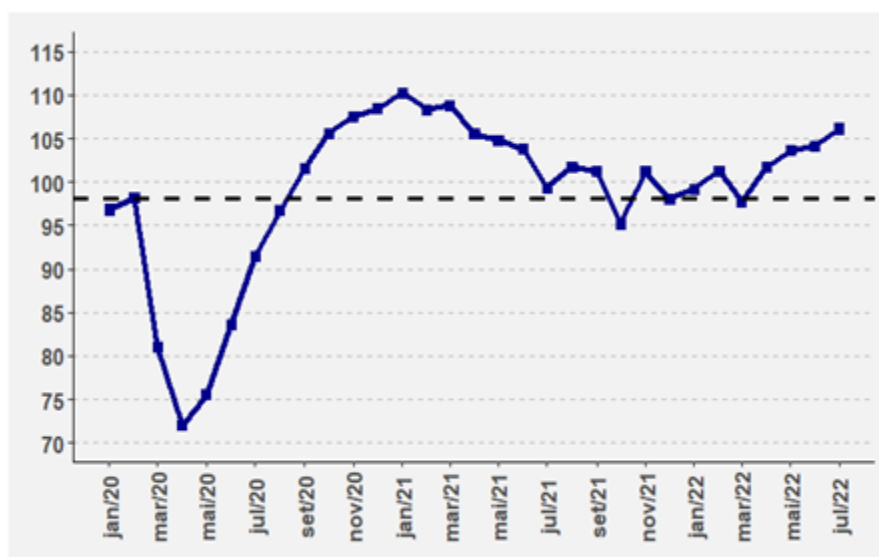


Fonte: PIM-PF/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Nova expansão da produção física leva índice ao maior patamar desde março/21: panorama da indústria catarinense em julho/22

A trajetória do setor industrial catarinense durante a pandemia é sintetizada pelo Gráfico 3. Após as bruscas retrações entre os meses de março e abril de 2020, que marcam o início da pandemia, um movimento de recuperação se instala e reestabelece o patamar pré-Covid ainda em setembro/20, atingindo na sequência, em janeiro de 2021, o pico produtivo do período. Em seguida, na esteira da desaceleração da demanda no primeiro semestre de 2021 e do recrudescimento da pandemia a partir de novas variantes do vírus, uma tendência negativa se formou fazendo com que o índice de outubro/21 retornasse ao patamar de fev/2020. Por fim, em 2022 a tendência é novamente positiva, sendo que o nível registrado no mês de julho o maior desde março de 2021.

Gráfico 3: Índice de produção física industrial, Santa Catarina (2020, jul/2022)



Fonte: PIM-PF/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

A síntese dos últimos doze meses da atividade industrial em Santa Catarina é apresentada na Tabela 4, a partir das quatro bases de comparação presentes na PIM-PF. Em julho/22, a expansão de 1,9% representa a quarta variação positiva consecutiva na série mensal, consolidando o bom ritmo da produção física no estado. A comparação com julho de 2021 também é positiva, registrando-se variação de 3,1%. Com isso, a série mensal em relação aos meses do ano passado agora apresenta quatro retrações, uma variação de estagnação e duas expansões, sendo a variação de julho/22 a maior auferida no ano.

Do ponto de vista das séries acumuladas, contudo, o quadro é negativo, corroborando o que também se verifica nos resultados agregados nacionais. Pela perspectiva do acumulado no ano, a retração registrada em julho é de -4,2% frente ao acumulado do mesmo período de 2021. Com isso, todos os meses de 2022 apresentaram perdas acumuladas em relação ao ritmo do ano anterior, o que mostra que, à despeito das expansões de curto prazo verificadas no índice e na série mensal, a atividade industrial em Santa Catarina ainda está distante de um cenário totalmente positivo. No escopo da série de doze meses, similarmente, a retração é de -4%, com tendência de ampliação das perdas nos próximos meses.

Tabela 4: Variação da atividade industrial em Santa Catarina em diversos períodos

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
ago/21	2,5	6,5	20,6	16,9
set/21	-0,6	0,4	17,9	16,1
out/21	-5,9	-11,8	14,1	14
nov/21	6,3	-2,7	12,2	12,7
dez/21	-3,1	-11,3	10,2	10,2
jan/22	1,2	-10,6	-10,6	8,4
fev/22	2,1	-6,5	-8,5	7,2
mar/22	-3,5	-9,9	-9	3,5
abr/22	4	-6	-8,3	0,1
mai/22	1,9	0	-6,6	-2,3
jun/22	0,5	0,7	-5,4	-3,8
jul/22	1,9	3,1	-4,2	-4

Fonte: PIM-PF/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Em relação aos resultados mensais desagregados entre os setores de atividades da indústria de transformação, temos o quadro exposto na Tabela 5. Em julho, seis das 12 atividades da indústria catarinense registraram expansões na comparação com julho de 2021, sendo as de maior expressão localizadas nos subsetores de máquinas e equipamentos (20,3%), produtos de borracha e material plástico (19%) e produtos alimentícios (12,4%). Entre as seis que regrediram, destacaram-se as quedas de produtos têxteis (-12%), produtos de madeira (-11,7%) e produtos de minerais não-metálicos (-10,8%).

Para além desses resultados localizados, vale também destacar a trajetória consolidada de alguns dos setores ao longo do ano. Produtos têxteis, por exemplo, que lideraram a retração em julho, apresentaram retrações em todos os meses do ano na comparação com os meses de 2021, delimitando uma trajetória de retração inequívoca em relação à produção física do ano passado. Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, da mesma forma, regrediram em todos os meses e com retrações significativas, principalmente no segundo trimestre. Por outro lado, produtos alimentícios apresentaram bons resultados em cinco dos 7 primeiros meses do ano, regredindo apenas em janeiro e março, fato que corrobora positivamente no agregado da indústria em Santa Catarina, dada a elevada participação desse setor do VTI do estado.

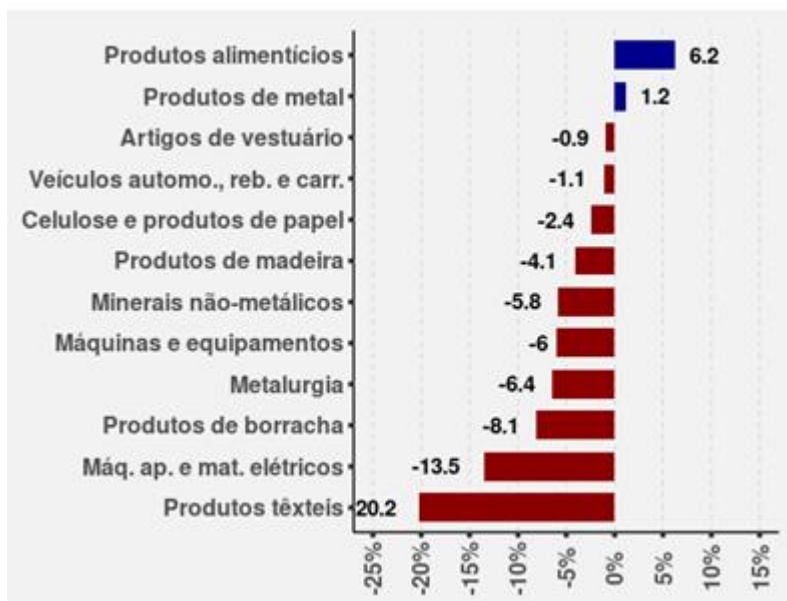
Tabela 5: Produção Física Industrial de Santa Catarina por Setores de Atividades, variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior

Setor de Atividades	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22
Indústria geral	-11,3	-10,6	-6,5	-9,9	-6	0	0,7	3,1
Produtos alimentícios	-0,2	-1,3	2,9	-1	1,4	15,2	14,4	12,4
Fabricação de produtos têxteis	-19	-27,9	-25,1	-21,9	-25,1	-13,6	-15,1	-12
Artigos do vestuário e acessórios	-18,5	-13,1	-10,2	-4,2	6,7	-0,1	13,7	-0,2
Produtos de madeira	0	14,5	1,5	-3,9	-7,2	2,7	-19,2	-11,7
Celulose, papel e produtos de papel	6,6	-5	-11	-7,5	-4	-0,3	2,6	8,6
Produtos de borracha e de material plástico	-14,3	-20,7	-15,8	-15,4	-12,9	-5,7	-3,8	19
Produtos de minerais não-metálicos	-10,2	-2,3	1,7	-0,3	-10,5	-10,4	-6,6	-10,8
Metalurgia	-23,4	-5,5	-4,1	-7,4	-9,1	-8,9	-10,3	1,6
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-3,3	-2,6	-12,7	-2,2	-0,3	12,1	8,5	9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-20,1	-20	-4,8	-19,4	-15,5	-22,1	-2,1	-8,5
Máquinas e equipamentos	-22,1	-25,8	-4,5	-24,6	-8	15,9	-7,6	20,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	6,3	1,6	2,8	-5,2	-7,4	5,3	2	-5,8

Fonte: PIM-PF IBGE; Elaboração: NECAT-UFSC.

O acumulado anual desses resultados setoriais, por fim, aparece sintetizado pelo Gráfico 4. Em consonância com o movimento da maioria dos setores na série mensal, a hegemonia dos resultados acumulados é negativa, verificando-se variações negativas em dez dos 12 setores da indústria de transformação presentes na pesquisa regional. A liderança das perdas é do setor de produtos têxteis, com retração de -20,2% em relação ao mesmo período de 2021. Na sequência Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-13,5%) e produtos de borracha (-8,1%) também apresentam regressões significativas. Com expansões aparecem apenas os setores de produtos alimentícios, com variação de 6,2% frente o acumulado do ano passado, e produtos de metal, com alta de 1,2%.

Gráfico 4: Produção física industrial em Santa Catarina, por setores de atividades da indústria de transformação, acumulado no ano (2022)



Fonte: PIM-PF/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Considerações Finais

Nacionalmente, os resultados da produção física industrial em julho/22 indicam claramente a continuidade da tendência de estagnação que está consolidada desde o início do ano. A reedição de uma expansão pouco expressiva na série mensal, que na prática apenas reverte as perdas registradas no mês anterior, em combinação com a disparidade de ritmo em relação ao ano passado e a difusão das perdas entre os setores de atividades, mostra que o setor segue sendo afetado pelos principais determinantes do atual cenário macroeconômico do país, limitando a formação de um sinal de tendência positiva para os próximos meses.

Já no caso de Santa Catarina, o ritmo da série mensal forma um cenário bem mais otimista, principalmente considerando-se a superação sustentada do nível do índice pré-Covid que se verifica desde março/22. Ainda assim, as retrações acumuladas em relação ao ano passado que se apresentam no agregado e entre a maioria dos setores de atividades também apontam uma perspectiva negativa sobre o desempenho do setor em 2022. Para os próximos meses, porém, em se mantendo os bons resultados mensais, é de se esperar que essas perdas acumuladas possam ser dirimidas e se conforme um cenário bem mais promissor no estado comparativamente ao quadro nacional.

Neste sentido, aventa-se como prognóstico para o restante do ano que o desempenho do setor dependerá do arrefecimento da inflação e do desemprego, além da adoção de medidas por parte do governo que busquem reestabelecer a demanda do

consumidor. A reversão do ciclo de alta da taxa de juros, da mesma forma, pode induzir a retomada dos investimentos e o aumento da produção física. Em âmbito externo, a superação da instabilidade política e a adoção de medidas garantidoras da sustentação da demanda internacional podem também auxiliar os resultados da atividade industrial, ainda que tais medidas sejam pouco prováveis no curto prazo. Todavia, num cenário sem essas políticas combinadas venham a ser efetivadas, é bastante provável que a tendência de estagnação se mantenha até o fim do corrente ano.

Referências

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física (PIM)**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, setembro de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física Regional (PIM Regional)**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, setembro de 2022.

VOLUME DE SERVIÇOS EM SANTA CATARINA ATINGE MAIOR NÍVEL DA PANDEMIA EM JULHO/22

*Matheus Rosa**
*Guilherme Ronchi Razzini***

Os dados recentemente divulgados pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE (PMS-IBGE) sobre o desempenho das atividades de serviços em julho de 2022 mostram a manutenção da tendência expansiva que tem caracterizado o setor desde a superação dos choques iniciais da pandemia. Nacionalmente, se verificou a expansão de 1,1% frente o nível de junho, reeditando a terceira alta mensal consecutiva. Já em Santa Catarina a expansão de 3,1% reverteu a breve queda de junho e consolidou a terceira expansão mensal do ano. Em ambos os casos o resultado de julho faz com que o índice de volume de serviços se encontre no nível mais alto desde o início da pandemia.

Em termos regionais, a tônica positiva se expressa pela expansão do índice na maior parte das Unidades da Federação (UFs), ainda que registros negativos também tenham sido auferidos, fechando um quadro de 17 expansões e 10 retrações. Dentre os resultados positivos, destacaram-se as expansões em Goiás (4,7%), Pernambuco (4%) e Santa Catarina (3,1%). Entre as retrações, foram de maior magnitude as registradas no Distrito Federal (-2,8%), no Ceará (-2,5%) e no Mato Grosso do Sul (-2,4%).

Esse cenário predominantemente positivo para o volume de serviços reflete a liderança econômica do setor na retomada posterior a eclosão da Covid-19. A ligeira melhora dos indicadores macroeconômicos que se verificou em julho, além disso, contribuiu também para o resultado mensal positivo, ainda que numa perspectiva mais ampla a manutenção do desemprego elevado e a inflação acelerada nas atividades relacionadas ao setor de serviços continue limitando o potencial expansivo do setor. Ainda assim, é seguro dizer que a demanda represada que se verificou durante a maior parte do período da pandemia definitivamente encontrou vazão, sendo positiva a tendência instaurada para o volume de atividades, mesmo num cenário de arrefecimento da atividade econômica em decorrência dos juros elevados. (IEDI, 2022)

No texto que se segue serão analisados os resultados da PMS-IBGE para o mês de julho, tanto pela perspectiva nacional como estadual. Para além dos resultados agregados,

* Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). Email: matheusrosa.contato@outlook.com

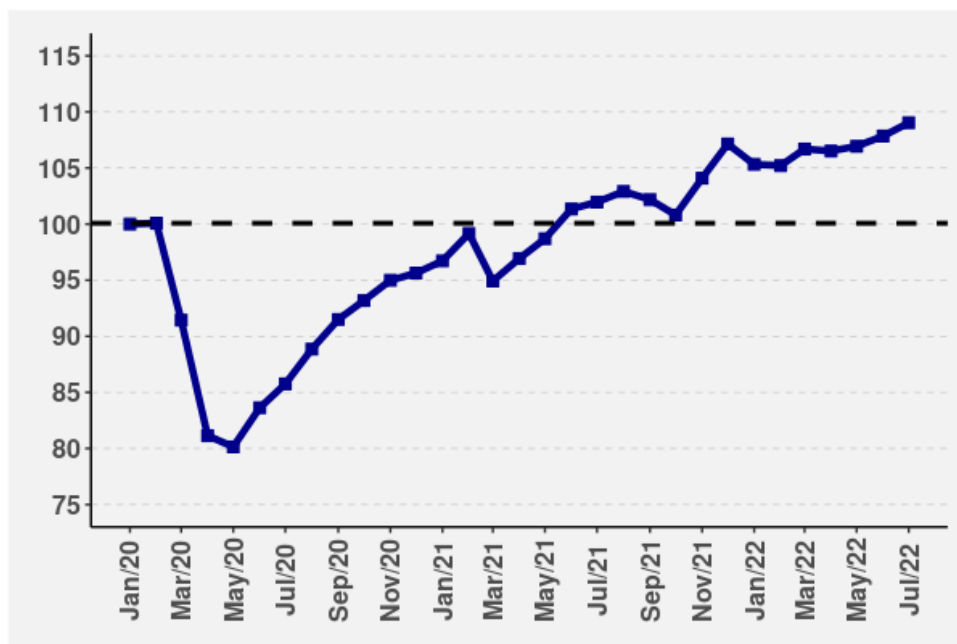
** Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista no Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). Email: guilhermerazzini33@gmail.com

serão também observadas as desagregações por atividades de serviços, com o objetivo de escrutinar os resultados consolidados no setor e as perspectivas que se formam para os próximos meses.

A atividade de serviços no Brasil em julho de 2022

O Gráfico 1 apresenta a trajetória do índice de volume de serviços ao longo do período de vigência da pandemia. Assim como nos demais setores, os meses de março e abril de 2020 foram responsáveis pelas maiores quedas nos níveis de atividade, o que se relaciona com a aplicação das medidas de isolamento social e com os impactos diretos que o elevado nível de incerteza ocasionou no mercado de trabalho. Na sequência, um movimento de recomposição das perdas se instalou e durou até janeiro/21. A superação efetiva do patamar pré-pandemia, porém, só foi se verificar em junho/21, quinze meses após a deflagração da pandemia e posterior à retomada da indústria (set/20) e do comércio (jul/20), o que indica que a demanda das atividades de serviços ficou represada durante um período relativamente longo, sendo a disseminação das vacinas o elemento viabilizador da retomada a partir do segundo semestre de 2021. Passo seguinte, a tendência foi de crescimento contínuo, ainda que com ritmo relativamente menor nas variações de curto prazo.

Gráfico 1: Índice de volume de serviços, Brasil, jan-20/jul-22 (fev/20 = 100)



Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Em relação ao desempenho nos últimos doze meses, a Tabela 1 apresenta um sumário dos resultados a partir das bases de comparações presentes na pesquisa. Pela perspectiva mês a mês, o resultado de 1,1% representa a quarta variação positiva no ano, reforçando as ligeiras variações de maio (0,4%) e junho (0,8%), meses imediatamente anteriores. No saldo do ano fica o registro de um crescimento lento, ainda que positivo, sendo de 3,5% a expansão do índice na comparação com o volume de serviços em dezembro de 2021. Uma representação visual dessas variações mensais é exposta no Gráfico 2.

Tabela 1: Variação do volume de serviços no Brasil em diversos períodos

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
ago/21	0,9	16,6	11,4	5,1
set/21	-0,7	11,5	11,5	6,8
out/21	-1,3	7,3	11	8,1
nov/21	3,3	10,2	10,9	9,5
dez/21	2,9	10,9	10,9	10,9
jan/22	-1,7	9,4	9,4	12,2
fev/22	-0,1	7,4	8,4	13
mar/22	1,4	11,6	9,5	13,6
abr/22	-0,2	9,4	9,5	12,8
mai/22	0,4	9,1	9,4	11,7
jun/22	0,8	6,4	8,9	10,5
jul/22	1,1	6,3	8,5	9,6

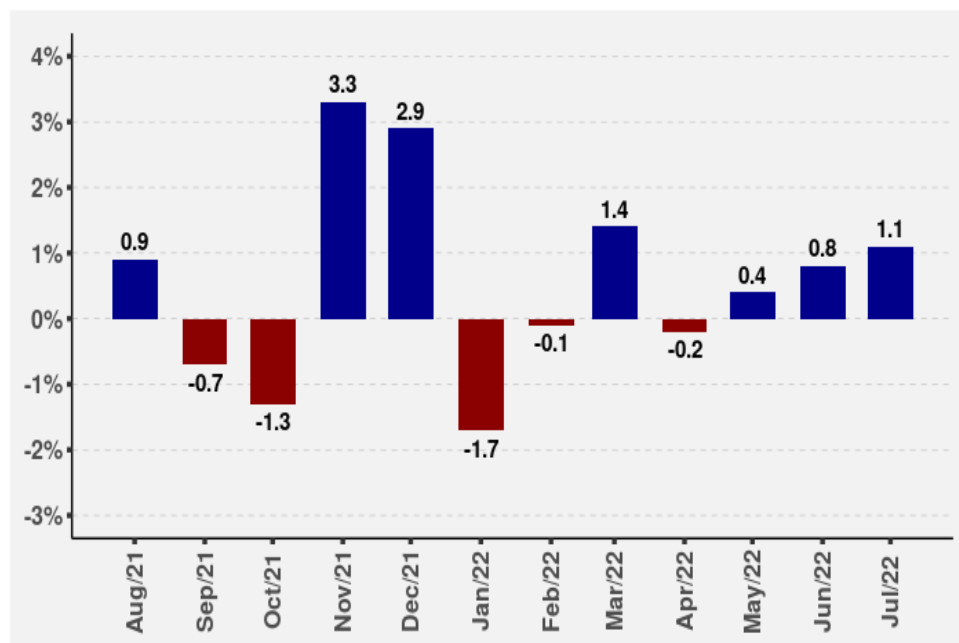
Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

A comparação com os resultados mensais de 2021 também retorna resultados positivos. Em julho, a expansão de 6,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior mantém a tônica positiva nessa série que registrou expansões em todos os meses. É de se destacar, contudo, que o ritmo dessas expansões reduz paulatinamente desde março, tendência que deve se manter ao longo do restante do segundo semestre. Em nível regional, o saldo entre as UFs por essa perspectiva também é positivo, com expansões registradas em 25 das 27 UFs. Apenas no Acre (-7,8%) e no Distrito Federal (-8,5%) registraram-se perdas. Positivamente, se destacaram os desempenhos do Amapá (19,5%), Tocantins (15,%) e Goiás (13,2%).

Os acumulados também revelam um cenário positivo, com expansões pela ótica do ano e de doze meses. Em relação ao acumulado no ano, a expansão registrada é de 8,5% na comparação com o acumulado do mesmo período do ano passado, o que indica que, mesmo com o ritmo lento registrado na série mensal de curto prazo, há ganhos na comparação com o volume de serviços registrado em 2021. Pela ótica dos doze meses, a

expansão é 9,6%, mantendo o quadro de expansões positivas em todos os meses do ano nessa série, ainda que a velocidade dessas expansões também esteja diminuindo.

Gráfico 2: Evolução do volume de serviços nos últimos 12 meses, Brasil, série mensal com ajuste sazonal



Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

A distribuição setorial dos resultados é ilustrada pela Tabela 2, a partir da série mensal com ajuste sazonal. Entre os cinco macrossetores de serviços foram registradas 3 variações positivas e 2 retrações, sendo positivos os destaques de serviços auxiliares aos transportes e correios (2,3%), serviços de informação e comunicação (1,1%) e serviços prestados às famílias (0,6%). Negativamente despontaram as atividades de outros serviços (-4,2%) e de serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%).

É possível também observar os resultados das atividades de serviços pela desagregação dos macrossetores. Por essa perspectiva, aparecem como destaques positivos de julho os desempenhos de transporte aéreo (6,8%), serviços de tecnologia da informação (6,6%) e armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correios (5,4%), conforme mostra a Tabela 2. Serviços técnico-profissionais (-3,1%), telecomunicações (-2,1%) e serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (-0,9%), por outro lado, apresentaram os piores resultados. A correspondência de cada uma dessas atividades com os macrossetores do setor de serviços está também presente na Tabela 2.

Tabela 2: Variação do volume de serviços por atividades de serviços, mês a mês com ajuste sazonal

Setor de Atividades	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22
Serviços prestados às famílias	-0,8	-0,3	3,3	2,8	2,2	0,5	0,6
Serviços de alojamento e alimentação	-0,9	0,4	1,7	4,5	1,3	-0,8	2
Outros serviços prestados às famílias	0,1	1,9	9,7	-3,5	-0,1	3,1	2,2
Serviços de informação e comunicação	-3,6	-1,4	1,6	0,8	0,9	-0,2	1,1
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-4	-2,3	3,1	0,3	1,5	-0,8	0,6
Telecomunicações	-1,4	-2,6	-0,8	0,3	0,6	0,6	-2,1
Serviços de Tecnologia da Informação	-0,3	0,3	2,9	2,4	2,6	-5,1	6,6
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-4,2	-1,3	5,3	-3,3	1,3	0,6	-0,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,2	1,8	1,8	-0,5	1,1	0,8	-1,1
Serviços técnico-profissionais	2	-2,2	5,6	-2,5	1,2	3,6	-3,1
Serviços administrativos e complementares	0,4	2,8	-0,8	1,1	1	0	-0,1
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,5	2,4	3,4	-2,6	0,6	0,9	2,3
Transporte terrestre	2,2	3,1	2,5	0,4	2,3	2,4	0,9
Transporte aquaviário	-0,6	0,3	-5,7	4,5	4,2	1,6	3,4
Transporte aéreo	7,1	-8,8	31,7	-6,9	-12,8	-9	6,8
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,2	1,7	3,1	-6,2	0,2	-2,2	5,4
Outros serviços	-0,3	-1	1,3	-3,2	3,1	1,3	-4,2

Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Por fim, a síntese da dinâmica setorial das atividades de serviços é exposta no Gráfico 3, a partir dos acumulados anuais. Entre os macrossetores, o registro é de 4 expansões e uma retração, sendo os resultados: serviços às famílias (33,9%, o que puxa, em larga medida, o resultado positivo do acumulado agregado do setor), serviços auxiliares aos transportes e correio (13,8%), serviços profissionais, administrativos e complementares (7,7%), informação e comunicação (2,8%) e outros serviços (-5,3%). Vale destacar que a expansão de serviços às famílias se repousa numa expansão conjunta das atividades de alojamento e alimentação (35,3%) e de outros serviços às famílias (25,9%). A expansão nos serviços de transporte também conta com dinâmica similar, porém o empuxe positivo se dá principalmente pelo acumulado expressivo das atividades de transporte aéreo (46,6%).

Gráfico 3: Volume de serviços por atividades de serviços, acumulado no ano, Brasil

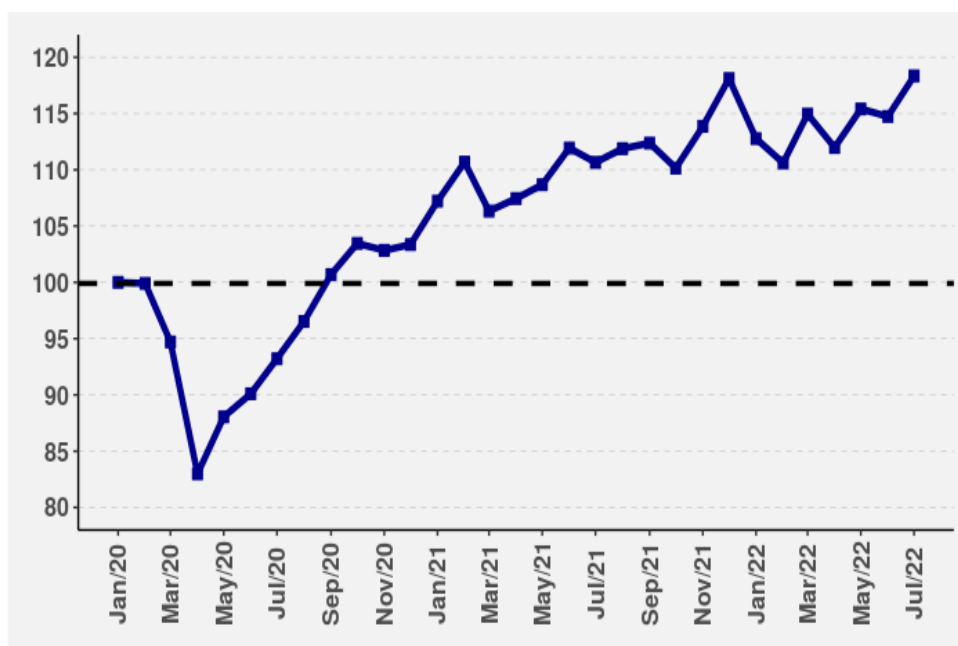


Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

A atividade do setor de serviços de Santa Catarina em julho de 2022

O índice de volume de serviços prestados em Santa Catarina segue a trajetória exposta no Gráfico 4. Bastante semelhante ao índice nacional, a recuperação do volume de serviços se inicia imediatamente após as quedas combinadas de março/20 e abril/20, com expansões sucessivas registradas em maio, junho, julho e agosto. À diferença do registrado nacionalmente, a recuperação do nível pré-pandemia acontece ainda em 2020, em setembro, antecipando em 10 meses a retomada do agregado nacional. Na comparação desvantagem, sendo a retomada do comércio varejista ainda em maio/2020 e da indústria também em setembro/20. A partir de janeiro de 2021 a tendência consolidada é eminentemente expansiva, ainda que com pequenos intervalos retrativos. Com o resultado de julho de 2022, o índice de volume de serviços prestados em Santa Catarina se encontra no maior nível registrado desde o início da pandemia.

Gráfico 4: Índice de volume de serviços, Santa Catarina, jan-20/jul-22 (fev/20 = 100)



Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Em relação aos resultados dos últimos doze meses, pode-se conferir o exposto na Tabela 3. Na série mensal com ajuste sazonal o resultado consolidado foi de 3,1%, revertendo a retração de junho/22 e configurando a terceira expansão do ano nesse indicador. Ainda que a série tenha apresentado consistente instabilidade, o saldo do ano na comparação com dezembro de 2021 é levemente positivo, com variação de 0,20%. A localização regional do resultado mensal pode também ser conferida no Gráfico 5, que destaca o resultado catarinense em julho como o terceiro mais expansivo entre as UFs, atrás apenas de Goiás (4,7%) e Pernambuco (4%).

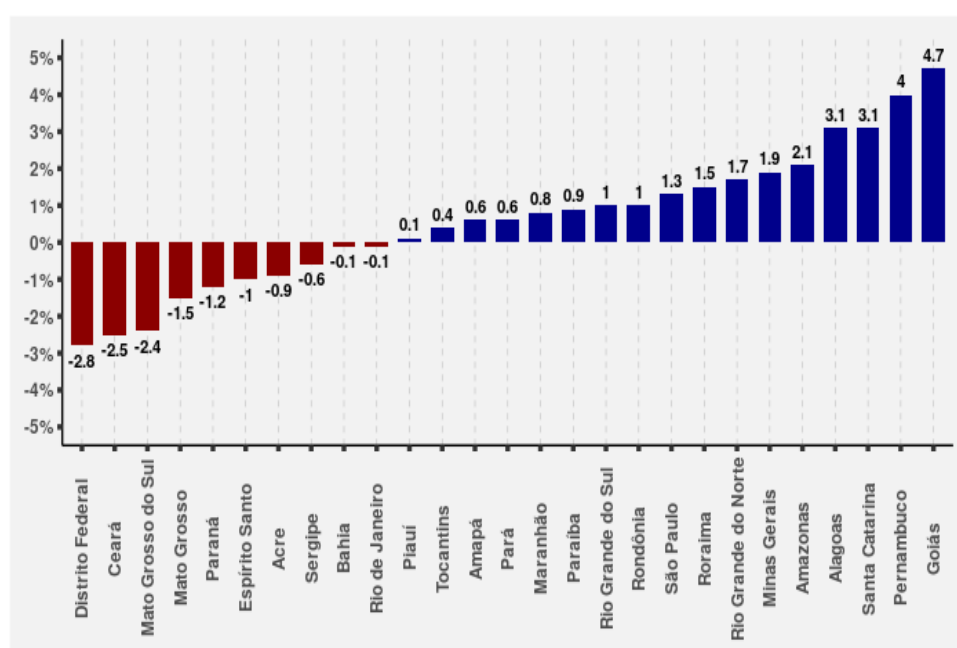
Tabela 3: Variação do volume de serviços em Santa Catarina em diversos períodos

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
ago/21	1,1	17,2	17,2	12,4
set/21	0,4	11,9	16,6	13,1
out/21	-2	5,5	15,3	13,4
nov/21	3,4	11,6	14,9	14
dez/21	3,7	13,2	14,8	14,8
jan/22	-4,5	5,4	5,4	14,7
fev/22	-1,9	-0,1	2,7	13,8
mar/22	3,9	7,9	4,4	13,3
abr/22	-2,6	2,8	4	11,3
mai/22	3,1	7,2	4,7	10,1
jun/22	-0,6	2,5	4,3	8,4
jul/22	3,1	6,3	4,6	7,5

Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

A comparação com julho de 2021 também retorna uma variação positiva, na ordem de 6,3%. Com isso, a série mensal interanual registrou expansões em 6 dos 7 primeiros meses do ano, sendo a leve perda de 0,1% registrada em fevereiro o único resultado negativo, o que demonstra que o desempenho do volume de serviços prestados em Santa Catarina é consideravelmente superior em 2022 em relação aos meses do ano passado. Também é de se destacar que a variação de julho interrompe a tendência de redução das expansões que se verificava nessa série a partir dos resultados de maio e junho.

Gráfico 5: Variação do volume de serviços por UF, mês a mês com ajuste sazonal



Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

O mesmo cenário positivo também aparece nas taxas acumuladas, destacando a superioridade do desempenho atual em relação a 2021. Pela perspectiva do acumulado do ano, a qual compara o desempenho acumulado de jan-jul/22 com o acumulado de jan-jul/21, a expansão é de 4,6%, mantendo o quadro de expansões em todos os meses por essa ótica. Já no acumulado de doze meses, que compara o acumulado de ago/21-jul/22 com o acumulado de ago/20-jul/21, o registro é de 7,5%, também perpetuando os resultados positivos da série, ainda que com ritmo crescentemente menor.

Setorialmente, o desempenho do volume de serviços catarinense aparece ilustrado na Tabela 4, a partir da série do acumulado anual. Em julho, os acumulados mantêm o mesmo quadro registrado nos meses anteriores, desde março: 4 expansões e 1 retração. Positivamente se destacam os resultados de serviços prestados às famílias (29,5%), outros

serviços (8,4%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (7%) e serviços de informação e de comunicação (5,9%). Na contramão, as atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares apresentaram relevante regressão, com saldo de -18,3% na comparação com o acumulado do mesmo período do ano passado. Ressalte-se, ainda, que há uma diferença na disposição dos acumulados setoriais em relação ao verificado nacionalmente: ainda que a liderança também seja por conta dos serviços prestados às famílias, se destaca que o setor que puxa o índice catarinense para baixo é o de serviços profissionais, administrativos e complementares, o qual apresenta acumulado positivo na série nacional, demonstrando que no particular dessas atividades a dinâmica catarinense é contrária ao quadro das demais UFs.

Tabela 4: Variação do volume de serviços por atividades de serviços, acumulado no ano, Santa Catarina

Setor de Atividades	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22
Serviços prestados às famílias	14,8	9	23	28,7	29,8	29,5	29,5
Serviços de informação e comunicação	1,6	-0,5	3,5	3,8	5,9	5,4	5,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-19	-19,4	-18,8	-19,5	-19,6	-19,4	-18,3
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	15,3	11,4	9,7	7,9	7,8	7,2	7
Outros serviços	10,8	10,2	9,4	8,7	9,7	9,6	8,4

Fonte: PMS/IBGE; Elaboração: Necat-UFSC.

Considerações Finais

Por fim, a tônica que se extrai dos resultados de julho da PMS/IBGE é positiva, com expansões mensais registradas nacionalmente, em Santa Catarina e na maioria das UFs. Há diferenças entre o comportamento do índice nacional e estadual, contudo, sendo a principal relacionada a dinâmica de estabilidade dos resultados, uma vez que nacionalmente a tendência expansiva é estável e de menor ritmo e em Santa Catarina os resultados são mais expressivos no mês a mês, porém com maior instabilidade. Mesmo assim, em ambos os casos o volume de serviços está no maior nível desde o início da pandemia, se situando consideravelmente acima do patamar de fevereiro de 2020.

Setorialmente, continua evidente a liderança do setor de serviços prestados às famílias na recuperação das atividades do setor na pandemia. Com acumulados amplamente positivos no Brasil e em Santa Catarina, essas atividades delinearam uma tendência expansiva que se amparou, principalmente, na retomada do subsetor de alojamento e alimentação a partir do empuxe do consumo das famílias ocasionado pela (tardia) cobertura vacinal. Nacionalmente, por outro lado, as atividades de outros serviços

continuam em queda acumulada, mesmo na comparação com acumulado deprimido de 2021. Em Santa Catarina, a liderança das perdas dentre os setores de atividades é de serviços profissionais, administrativos e complementares, o qual certamente merecerá atenção nos próximos meses para que o índice consiga desenhar uma trajetória de crescimento sustentado no estado.

Em termos macroeconômicos, o horizonte que está delineado de manutenção dos juros elevados certamente contribuirá para o arrefecimento da atividade no setor. Da mesma forma, a persistência da inflação de serviços se manterá como um efeito desestimulante ao reduzir o poder de compra da população no que concerne ao consumo relacionado às atividades de serviços. (FGV-IBRE, 2022). Em compensação, o estímulo de demanda que se formou nos últimos meses a partir de programas governamentais deverá afetar positivamente a trajetória do índice, principalmente em se considerando que os resultados do PIB têm mostrado um crescimento intensivo a partir do consumo das famílias, o que deve se manter, ao menos, até o fim do ano.

Referências

FGV-IBRE – Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia. Boletim Macro, setembro de 2022. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/mailling/2022/ibre/boletim-macro-setembro/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, julho de 2022.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Análise IEDI: expansão robusta. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20220913_servicos.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

VAREJO REGISTRA RETRAÇÃO NOVAMENTE E CONTRARIA EXPECTATIVA DO MERCADO

*Guilherme Ronchi Razzini**

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE) divulgada em setembro e com dados referentes ao mês de julho de 2022 apresentou resultados na contramão das expectativas do mercado para o comércio varejista, as quais previam expansão de cerca de 0,30% na comparação mês a mês, porém o resultado foi de uma retração de -0,7%. No cenário estadual, também houve retração, porém de forma menos intensa (-0,1%). Na perspectiva da série interanual houve retração em ambos cenários, com queda de -6,1% no volume de vendas nos dados nacionais, e de -8,1% no estado catarinense. Na comparação com o cenário pré-pandemia, ou seja, no comparativo entre fevereiro de 2020 e julho de 2022, o setor apresentou retração em nível nacional (-3,8%) e expansão em nível estadual (11,4%).

Nos cenários regionais a pesquisa ilustra um cenário com hegemonia de retrações nas Unidades da Federação (UFs). Apenas 4 das 27 UFs apresentaram expansão pela perspectiva da série mensal com ajuste sazonal, tais resultados foram registrados nos estados do Espírito Santo (0,8%), Paraíba (0,7%), Amapá (0,1%) e Pernambuco (0,1%). Cabe destaque que nenhum estado registrou expansão acima de 1%, evidenciando a tônica de estagnação do volume de vendas no mês pesquisado. Sergipe (-5,7%), Rondônia (-5,3%) e Tocantins (-4,2%), por outro lado registraram as maiores retrações.

A persistência de resultados fracos no setor está relacionada com o cenário macroeconômico nacional debilitado que enfraquece o poder de compra e desestimula o consumo no varejo. A corrosão do poder de compra, o avanço das taxas de juros que dificulta o acesso ao crédito, o ainda elevado desemprego, e a elevada inflação disseminada na maioria dos setores são alguns dos fatores que limitam o desempenho do setor.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo ilustrar o desempenho do comércio varejista ampliado no Brasil, e em Santa Catarina, a partir dos dados disponibilizados pela PMC-IBGE, no contexto do atual estágio da pandemia e da conjuntura macroeconômica.

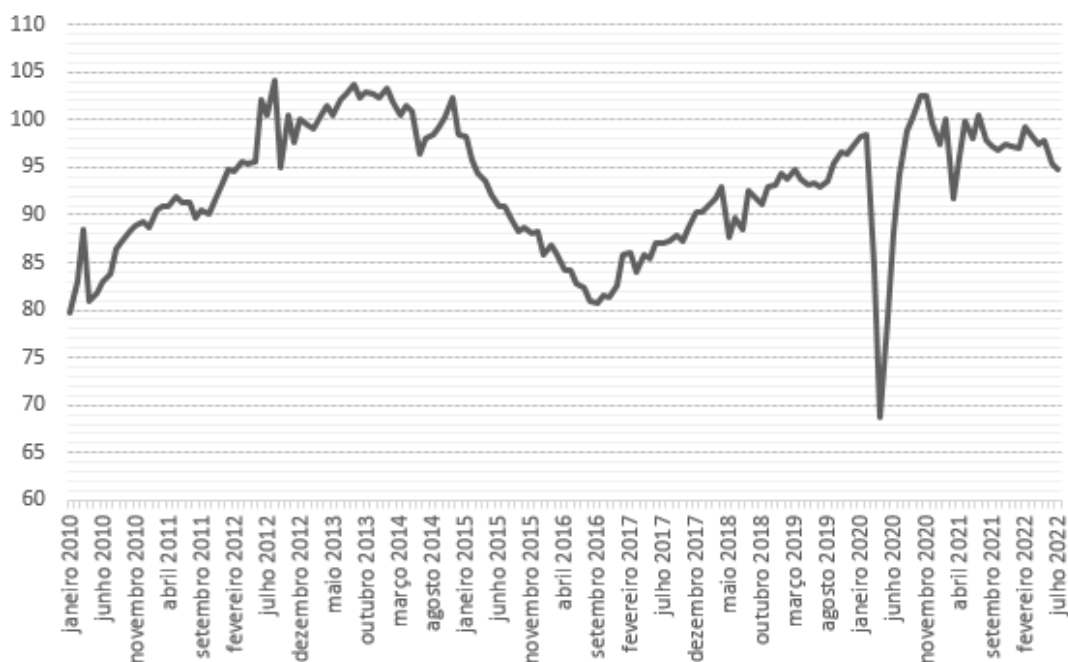
* Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. E-mail: guilhermerazzini33@gmail.com

Atividade comercial do Brasil em julho de 2022

A Figura 1 apresenta a trajetória do volume de vendas do comércio varejista ampliado no Brasil, desde 2010 até o mês de julho de 2022. Nesta figura é possível perceber as variações do setor em resposta à atividade econômica do país e os distintos períodos da pandemia da Covid-19.

O setor apresenta três trajetórias consolidadas que estão ilustradas na Figura: primeiro, uma trajetória de expansão entre janeiro de 2010 até meados de 2014, período em que o setor cresceu aproximadamente 26%; na sequência é possível visualizar que uma trajetória de retração entre 2014 e meados de 2016, período em que o setor sofreu retração de aproximadamente -18% no volume de vendas; posteriormente, a partir do segundo semestre de 2016, há uma tendência de expansão que segue até o início da pandemia em fevereiro de 2020. Neste intervalo de tempo o setor acumulou expansão de aproximadamente 20%.

Figura 1: Variação do volume de vendas no comércio varejista ampliado no Brasil entre janeiro de 2010 e julho de 2022 (2014=100)



Fonte: PMC-IBGE (2022); Elaboração NECAT-UFSC.

Após a queda intensa e significativa nos meses que sucederam o início da pandemia no país, no segundo semestre de 2020 houve uma expansão acelerada que recuperou o volume de vendas e registrou expansão na comparação com o período pré-pandêmico, porém tal expansão foi diluída com a queda dos programas de auxílio de renda e a piora no cenário macroeconômico. Com os dados de julho o acumulado no ano

apresentou retração de -0,8% frente o período jan-jul/2021, num movimento que ilustra a dificuldade em criar uma sólida tendência de expansão e de recuperar a máxima histórica, ou até mesmo de se manter em patamares acima do pré-pandemia.

A Tabela 1 apresenta as quatro séries da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) ao longo dos últimos doze meses. No indicador mês a mês com ajuste sazonal, o que melhor caracteriza o ritmo da atividade no curto prazo, foi registrada retração significativa de -0,7% no volume de vendas. Com isso, o acumulado do ano recuou de 0,3% para -0,8% no mês de julho, deste modo o volume de vendas se encontra atualmente em um estado inferior ao do ano anterior.

Tabela 1: Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado no Brasil (julho de 2021 a julho de 2022).

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
jul/21	2,5	7,1	11,4	8,4
ago/21	-2,6	-0,1	9,8	8,0
set/21	-0,7	-4,0	8,1	7,0
out/21	-0,4	-7,0	6,3	5,8
nov/21	0,7	-2,9	5,3	5,1
dez/21	-0,2	-2,7	4,5	4,5
jan/22	-0,1	-1,5	-1,5	4,6
fev/22	2,3	0,3	-0,6	4,8
mar/22	-0,9	5,3	1,4	4,5
abr/22	-1,0	1,6	1,5	2,2
mai/22	0,5	-0,7	1,0	0,3
jun/22	-2,5	-3,0	0,3	-0,8
jul/22	-0,7	-6,8	-0,8	-1,9

Fonte: PMC-IBGE (2022); Elaboração NECAT-UFSC.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve retração de -6,8% no volume de vendas. Essa foi a quarta, e a maior retração registrada neste indicador no ano, ilustrando uma relativa disparidade na comparação com o ritmo de vendas de 2021. No acumulado em doze meses, houve uma piora do saldo de retração que saiu de -0,8% para -1,9%.

Os resultados apresentados na PMC-IBGE de julho de 2022 evidenciam a dificuldade enfrentada pelo setor em nível nacional de se expandir em níveis superiores aos registrados no ano anterior, ilustrado com a queda expressiva de -6,8% na comparação

com julho de 2021. Tais resultados são explicados, pelo elevado desemprego, a persistente inflação, baixo dinamismo econômico, e a ascensão das taxas de juros, fatores que reduzem a demanda dos consumidores e de modo direto o volume de vendas do comércio varejista ampliado. O esgotamento de medidas anticíclicas, como liberação do FGTS e antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas também contribui para a queda generalizada nos segmentos no mês, porém a expectativa é para expansão no volume de vendas em agosto com a injeção dos recursos da PEC das Bondades, como o aumento do Auxílio Brasil, vale gás, e as transferências para algumas categorias, como caminhoneiros e taxistas.

A Tabela 2 auxilia na compreensão dos impactos da conjuntura nos segmentos do varejo ampliado, a partir dos resultados mensais com ajuste sazonal. Foram registradas retrações em 9 dos 10 setores analisados pela PMC-IBGE, sendo as maiores retrações nos setores de tecidos, vestuário e calçados (-17,1%), móveis e eletrodomésticos (-3,0%) e veículos, motocicletas, partes e peças (-2,7%). A única exceção ficou a cargo de combustíveis e lubrificantes, que registrou forte alta de +12,2%, sob influência da redução de preços ensejada pela redução do ICMS estabelecida na Lei Complementar 194/22. Refletindo este processo, a receita nominal das vendas deste ramo caiu -3,4% no período. (IEDI, 2022)

Tabela 2: Variação mês a mês com ajuste sazonal do volume de vendas no comércio varejista ampliado e suas subdivisões no Brasil (janeiro de 2022 a julho de 2022).

Atividades	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22
Combustíveis e lubrificantes	-0,1	6,1	4,8	0,4	2,1	-0,9	12,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,2	1,2	0,0	-0,8	1,0	-0,1	-0,6
Tecidos, vestuário e calçados	4,0	2,4	0,2	1,6	3,9	-5,7	-17,1
Móveis e eletrodomésticos	-1,2	1,6	0,7	1,9	-3,4	-1,5	-3,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,1	-5,5	-4,0	1,0	3,9	-0,2	-1,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-41,3	90,3	4,3	-6,4	4,8	-3,6	-2,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,2	-1,7	14,9	-6,3	1,8	-1,7	-1,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,5	1,4	-1,9	-0,5	-2,6	-1,4	-0,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	-6,4	4,9	0,4	-0,4	-0,5	-4,6	-2,7
Material de construção	-0,7	0,5	2,6	-4,0	-1,5	-1,5	-2,0

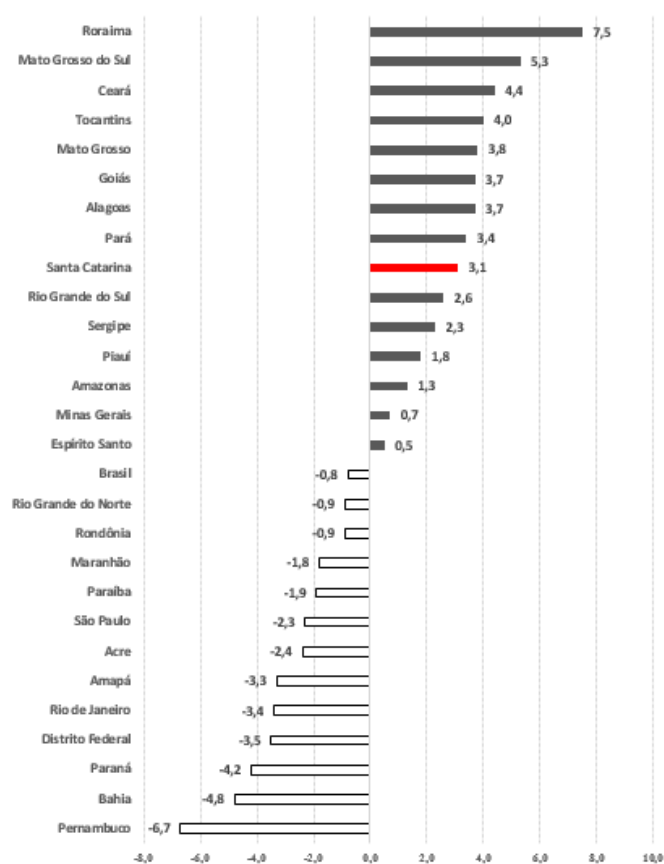
Fonte: PMC-IBGE (2022); Elaboração NECAT-UFSC.

O resultado preocupa especialmente em quatro setores que representam 40% do volume de vendas no varejo, nestes setores as vendas estão em declínio há pelo menos três meses consecutivos na série com ajuste sazonal: material de construção e veículos e

autopeças desde mar/22, outros artigos de uso pessoal e doméstico desde fev/22 e móveis e eletrodomésticos desde abr/22. O segmento de hipermercados e supermercados também preocupa com resultados fracos ao longo de todo o ano, o setor representa cerca de 1/3 do volume de vendas do varejo, e sofre com o impacto negativo da inflação, porém devido ao caráter essencial de seus produtos, os consumidores tendem a reduzir o consumo em outros setores e manter o patamar de compras no segmento.

A Figura 2 apresenta os resultados do acumulado no ano, ou seja, na comparação com o mesmo período do ano anterior, para o Brasil e suas respectivas UFs, até o mês de julho 15 das 27 UFs apresentam saldo de expansão, sendo de forma mais intensa nos estados de Roraima (7,5%), Mato Grosso do Sul (5,3%) e Ceará (4,4%). Por outro lado, houve retração em 12 das 27 UFs, sendo as maiores retrações registradas em Pernambuco (-6,7%), Bahia (-4,8%) e Paraná (-4,2%). O estado de São Paulo que representa a maior parcela do volume de vendas do varejo apresenta retração de -2,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Figura 2: Variação acumulada no ano no Brasil e nas suas respectivas UFs em julho de 2022.



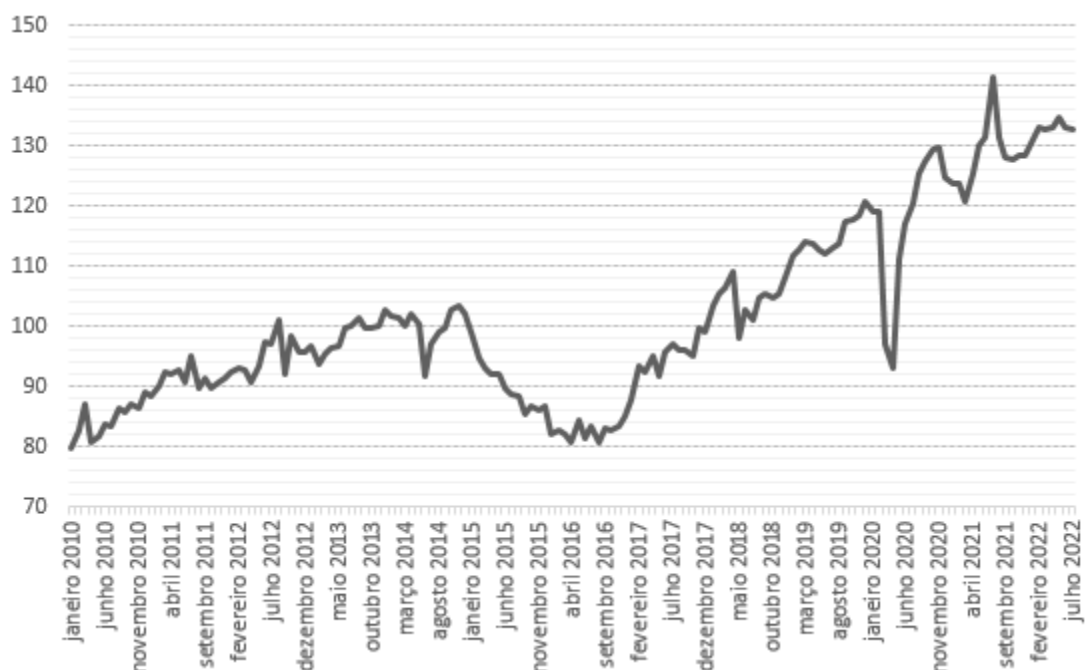
Fonte: PMC-IBGE (2022); Elaboração NECAT-UFSC.

Atividade comercial em Santa Catarina em julho de 2022

A Figura 3 ilustra o desempenho do comércio varejista ampliado desde 2010 no estado catarinense, é possível visualizar a trajetória do setor ao longo dos anos e traçar diferentes cenários ao longo dos anos, o período compreendido entre 2010 e 2014 foi de expansão moderada, interrompida pela crise econômica. A partir de 2014, o volume de vendas segue em retração até meados de 2016, a partir deste período o saldo segue em expansão em ritmo acelerado até fevereiro de 2020.

Com o início da pandemia no estado, o volume de vendas registra uma intensa retração entre os meses de fevereiro e maio, a partir de junho e até os dias atuais o setor apresenta um cenário de expansão, apresentando volume de vendas de aproximadamente 11% superior a fevereiro de 2020.

Figura 3: Variação do volume de vendas no comércio varejista ampliado em Santa Catarina entre janeiro de 2010 e julho de 2022 (2014=100)



Fonte: PMC-IBGE (2022); Elaboração NECAT-UFSC.

No estado de Santa Catarina, houve retração no volume de vendas assim como registrado no cenário nacional, porém em menor intensidade. Na passagem do mês de junho para julho, houve retração de -0,1% no volume de vendas com ajuste sazonal.

Os resultados da PMC estão ilustrados na Tabela 3, que apresenta as quatro principais séries temporais da pesquisa, onde estão presentes os dados na série mês a mês

com ajuste sazonal, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, no acumulado do ano e no acumulado de doze meses.

Tabela 3: Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado em Santa Catarina (julho de 2021 a julho de 2022).

Mês	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
jul/21	7,7	19,0	14,9	11,7
ago/21	-7,2	6,1	13,6	11,6
set/21	-2,3	0,3	12,0	10,6
out/21	-0,3	-3,7	10,1	9,2
nov/21	0,5	2,7	9,3	8,8
dez/21	0,0	2,8	8,7	8,7
jan/22	2,0	4,6	4,6	9,0
fev/22	1,6	7,7	6,1	9,6
mar/22	-0,2	8,3	6,8	8,4
abr/22	0,2	5,5	6,5	6,5
mai/22	1,2	4,8	6,2	5,6
jun/22	-1,3	1,2	5,3	4,8
jul/22	-0,1	-8,1	3,1	2,4

Fonte: PMC-IBGE (2022); Elaboração NECAT-UFSC.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior foi registrada intensa retração de -8,1%, a maior queda na série analisada. No acumulado do ano houve desaceleração do movimento de expansão, com o saldo retraindo de 5,3% para 3,1%, mesmo com tal queda, o saldo estadual é superior ao nacional que apresenta retração de -0,8%.

No acumulado em doze meses também houve diminuição do ritmo das expansões, com o saldo de 2,4%, o menor registrado no período ilustrado pela tabela. Em parte, isso ocorre pela nova retração da série mensal com ajuste sazonal, mas também aparece como consequência da reconfiguração das bases de comparação da série, que a partir de junho deixam de contar com os meses do primeiro semestre de 2020 e, por isso, tendem a retornar resultados menos expressivos.

A Tabela 4 apresenta os saldos acumulados no ano (janeiro de 2022 a julho de 2022) em Santa Catarina para os dez grupos de atividade que compõem o comércio varejista ampliado. Em julho, assim como no mês anterior, 6 dos 10 setores apresentaram saldo de expansão na comparação com janeiro a julho de 2021, com destaque para os saldos expansivos nos segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (25,6%), livros, jornais, revistas e papelaria (20,1%) e veículos,

motocicletas, partes e peças (15,6%). Em contraste, 4 dos 10 segmentos apresentaram saldo negativo, com maior intensidade nos segmentos de tecidos, vestuário e calçados (-6,6%) e material de construção (-3,9%).

Tabela 4: Variação do volume de vendas por grupo de atividades do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, acumulado no ano (janeiro de 2022 a julho de 2022).

Atividades	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22
Combustíveis e lubrificantes	-1,3	-0,9	3,5	4,6	5,0	5,6	7,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,3	1,2	0,6	1,2	0,4	0,6	0,4
Tecidos, vestuário e calçados	-11,1	-4,3	3,4	2,1	-1,4	-3,7	-6,6
Móveis e eletrodomésticos	-10,1	-5,3	-3,9	-3,9	-2,7	-2,8	-3,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	18,1	12,3	9,3	8,9	10,2	10,4	10,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	32,9	23,1	24,4	22,2	20,3	20,0	20,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	18,9	12,7	14,2	18,9	22,2	25,3	25,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,2	2,5	5,0	4,5	1,2	-0,2	-15,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	15,5	20,2	20,2	18,7	18,4	15,6	12,3
Material de construção	-0,2	-1,7	-1,2	-3,1	-2,5	-3,0	-3,9

Fonte: PMC-IBGE (2022); Elaboração NECAT-UFSC.

Contudo, 7 dos 10 segmentos tem apresentado retração no saldo acumulado no ano, o que indica uma desaceleração de tais segmentos frente ao mesmo período do ano anterior, resultado que respalda a queda do setor na comparação mês a mês com ajuste sazonal. Tais resultados demonstram que assim como no cenário nacional, o varejo catarinense tem apresentado quedas no volume de vendas.

Considerações finais

Com os resultados divulgados da PMC-IBGE no mês de setembro com dados referentes a julho de 2022, apontam para a retração do varejo no cenário nacional, resultado que reflete o quadro macroeconômico desfavorável ao setor, com a continuidade da alta da taxa de juros básica, a alta inflação persistente, a dificuldade de acesso ao crédito e a corrosão do poder de compra. No estado catarinense, por sua vez, foi registrada a segunda retração consecutiva, que sinaliza uma desaceleração do cenário expansivo no estado, porém na comparação com os resultados nacionais, o estado ainda continua em patamares superiores.

Apesar dos péssimos resultados no primeiro mês do segundo semestre de 2022, as expectativas para o período são otimistas, a partir de agosto o setor deve ter expansão

significativa com a injeção dos recursos provenientes da PEC das Bondades, como a ampliação do Auxílio Brasil, vale gás, e as transferências para algumas categorias, como caminhoneiros e taxistas. Além disso, com a redução dos preços dos combustíveis que tem corroído grande parte da renda da população, outros segmentos devem ser impulsionados pela redução dos custos e aumento do consumo.

Com os dados recentes a Confederação Nacional do Comércio (CNC) revisou a expectativa de crescimento no ano de 1,7% para 1,3%, após a expectativa de crescimento de 0,3% ser frustrada por uma queda de -0,7% no mês de julho. Porém a entidade se mostra otimista, com a PEC das Bondades e com eventos extraordinários como a chegada do 5G e o Mundial de Futebol que tendem a aquecer a demanda em determinados segmentos, no decorrer de 2022. (CNC, 2022)

Deste modo, nos próximos meses o varejo deve receber um fôlego com os recursos previstos, e que devem ter uma parcela direcionada ao consumo, o setor trabalha com essa hipótese para reverter os recentes resultados negativos, e estabelecer um ritmo de crescimento sólido.

Referências

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Comércio**. (PMC). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, julho de 2022.

IEDI - INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Análise IEDI: Comércio Varejista No vermelho novamente**. [S. l.], 14 set. 2022.

Disponível em:

https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20220914_varejo.html Acesso em: 19 set. 2022.

CNC - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **DEFLAÇÃO NÃO IMPULSIONOU VENDAS NO VAREJO**. [S. l.], 14 set. 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/analise-cnc-da-pesquisa-mensal-do-comercio-julho-de-2022/440907>. Acesso em: 21 set. 2022.

EM JULHO SANTA CATARINA REGISTROU O MENOR SALDO DE VAGAS FORMAIS DE TRABALHO NO ANO DE 2022

*Andrey de Paula e Silva**

Dando sequência às análises mensais sobre a evolução do mercado formal de trabalho no Brasil e em Santa Catarina, analisam-se informações relativas ao mês de julho de 2022, de acordo com os resultados do Novo CAGED divulgados recentemente. Para isso, são considerados os saldos mensais e as variações relativas do emprego formal por grupamento de atividades econômicas, gênero, escolaridade, faixas de remuneração e mesorregiões catarinenses, além do desempenho do indicador nas maiores cidades do estado.

De acordo com a Tabela 1, no mês de julho o Brasil apresentou saldo positivo de 218 mil vínculos formais de trabalho, obtendo uma expansão dos estoques de 0,5% no mês, comportamento ligeiramente inferior ao verificado no mês anterior. Já Santa Catarina apresentou saldo de 4,5 mil vínculos formais, o menor saldo registrado no ano de 2022. Com isso, pela primeira vez em 2022, o estado catarinense ficou fora do ranking dos estados que mais criaram postos formais de trabalho no país, amargando a 13ª posição no ranking nacional. Isso ocorreu, em grande medida, porque o estado apresentou crescimento dos estoques de empregos formais de apenas 0,2%.

Tabela 1 – Evolução mensal de estoque, admissões, desligamentos, saldo e variação percentual (Brasil e Santa Catarina, julho de 2021 a julho de 2022)

	Brasil					Santa Catarina				
	Estoque	Admissões	Desligamentos	Saldo	Var. Mês	Estoque	Admissões	Desligamentos	Saldo	Var. Mês
jul.-21	39.689.312	1.766.515	1.460.038	306.477	0,8	2.228.289	117.394	105.005	12.389	0,6
ago.-21	40.076.321	1.917.154	1.530.145	387.009	1,0	2.248.585	129.091	108.795	20.296	0,9
set.-21	40.405.129	1.888.751	1.559.943	328.808	0,8	2.266.396	127.205	109.394	17.811	0,8
out.-21	40.655.360	1.838.621	1.588.390	250.231	0,6	2.283.634	123.372	106.134	17.238	0,8
nov.-21	40.966.570	1.857.568	1.546.358	311.210	0,8	2.300.826	120.090	102.898	17.192	0,8
dez.-21	40.678.355	1.476.858	1.765.073	-288.215	-0,7	2.262.613	89.996	128.209	-38.213	-1,7
jan.-21	40.834.900	1.835.153	1.678.608	156.545	0,4	2.286.437	140.119	116.295	23.824	1,1
fev.-22	41.173.084	2.069.316	1.731.132	338.184	0,8	2.315.900	152.365	122.902	29.463	1,3
mar.-22	41.265.378	1.988.412	1.896.118	92.294	0,2	2.322.536	139.820	133.184	6.636	0,3
abr.-22	41.465.397	1.872.772	1.672.753	200.019	0,5	2.330.063	119.073	111.546	7.527	0,3
mai.-22	41.741.596	1.987.770	1.711.571	276.199	0,7	2.337.407	126.307	118.963	7.344	0,3
jun.-22	42.020.349	1.914.593	1.635.840	278.753	0,7	2.347.127	119.814	110.094	9.720	0,4
jul.-22	42.239.251	1.886.537	1.667.635	218.902	0,5	2.351.678	116.453	111.902	4.551	0,2
Acum. 12 meses	-	22.533.505	19.983.566	2.549.939	6,4	-	1.503.705	1.380.316	123.389	5,5

Fonte: Novo CAGED (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

* Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. E-mail: andreydps16@gmail.com.

No acumulado dos últimos 12 meses¹ foram abertas 2,55 milhões de vagas de trabalho formal no Brasil e 123 mil em Santa Catarina, um crescimento de 6,4% e 5,5%, respectivamente. Com isso, em ambos os casos, observa-se uma contínua diminuição das taxas anuais de crescimento devido à desaceleração da criação de empregos formais ao longo dos últimos meses de 2022.

Evolução do emprego formal no Brasil

Os dados de junho contidos na Tabela 2 constataam que novamente o setor de serviços apresentou o maior saldo no mês, com 82 mil vagas. Com isso, esse setor acabou sendo responsável por aproximadamente 40% do saldo mensal. Os subsetores que mais contribuíram para esse desempenho positivo foram: atividades administrativas e serviços complementares (20 mil); transporte, armazenagem e correio (13,4 mil); alojamento e alimentação (12,4 mil). O resultado foi que o setor de serviços apresentou uma expansão das vagas formais da ordem de 7,6% em um ano, ficando acima da média nacional de crescimento (6,4%), juntamente com a Construção (10,9%), o maior percentual de expansão dentre todos os setores considerados.

Tabela 2 – Saldo por grupamento de atividade econômica (Brasil, julho de 2022)

	Saldo		Variação (%)	
	jul./21	jul./22	mês	acum. 12 meses
Agropecuária	25.684	15.870	0,9	4,1
Comércio	75.591	38.574	0,4	5,0
Construção	30.278	32.082	1,3	10,9
Indústria	58.074	50.503	0,6	4,5
Serviços	116.851	81.873	0,4	7,6
Total	306.478	218.902	0,7	6,4

Fonte: Novo CAGED (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

Com o segundo maior saldo dentre os grupamentos de atividades aparece a indústria, com saldo de 50,5 mil novas vagas, o que representa uma expansão da ordem de 0,6% no mês. No acumulado de 12 meses, o setor industrial apresenta uma taxa de

¹ A variação acumulada em 12 meses se refere ao crescimento do estoque de empregos formais entre agosto de 2021 e julho de 2022.

crescimento de 4,5%, a segunda menor dentre os grupamentos². Mais de 90% dos postos formais de trabalho criados pela indústria estão concentrados no grupo da indústria de transformação (46 mil). A fabricação de produtos alimentícios (10,7 mil); preparação de produtos de couro e artigos para viagem e calçados (7,5 mil) e a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (3,7 mil), foram os subsetores da indústria de transformação que mais geraram novos postos formais de trabalhos no referido mês.

Na sequência vem o comércio, com 38,5 mil novas vagas no país, o que representou uma alta de 0,4% no mês. O varejo respondeu por aproximadamente 60% deste saldo com 23,6 mil vagas, as quais se concentraram no comércio de produtos não especializados ou não identificados (5,7 mil); produtos farmacêuticos e perfumaria (4,3 mil) e alimentos e bebidas (4,3 mil). Com isso, no acumulado anual o setor teve um crescimento de 5%.

A construção apresentou valores próximos aos do comércio com 32 mil novas vagas formais de trabalho criadas em julho/22, representando o maior crescimento no mês, ou seja, uma alta de 1,3%. Esse saldo mensal estava distribuído dentre o conjunto de atividades do setor, porém com forte influência do subsetor de construção de edifícios (12,2 mil). Quando se analisa o acumulado de um ano, nota-se que o setor permanece sendo aquele com maior destaque, correspondendo a uma de aproximadamente 11%.

Por fim, a agropecuária vem logo atrás, tendo aberto 15,8 mil vagas em julho/22, o que para esse setor significa uma expansão de 0,9% no mês. Esse saldo foi puxado, principalmente, pelos cultivos de soja (2,1 mil); alho (1,7 mil), os quais compensaram os desligamentos que ocorreram especificamente na produção de sementes certificadas (-2 mil).

A Tabela 3 apresenta o saldo dos vínculos formais de trabalho por sexo no Brasil. Houve maior participação da força de trabalho masculina no mês de julho, sendo o saldo dos homens de 137,2 mil, enquanto o resultado das mulheres foi de apenas 81,6 mil, praticamente 50 mil vagas a menos do total criado no mês de julho/21. A justificativa para uma maior predominância masculina é o baixo nível de admissões das mulheres dentro dos setores da construção e do agropecuário. No agregado dos últimos 12 meses a participação masculina apresentou um saldo superior de 52,8 mil vagas em relação à

² O setor industrial sofreu vigorosas desacelerações nos anos de 2020 e 2021, em decorrência dos impactos da pandemia sobre os níveis de demanda internos e externos e dos gargalos das cadeias de fornecimento de insumos. Em 2022, complementando esses fatores, a aceleração inflacionária, o ciclo de alta da taxa básica de juros e as tensões geopolíticas mundiais têm desestimulado a produção e condicionado o resultado pouco expressivo para o saldo dos empregos formais.

participação feminina. Todavia, analisando-se o crescimento da participação de cada sexo na força de trabalho formal total, nota-se que as mulheres apresentaram crescimento de 1,2%, patamar superior à participação dos homens no mesmo período.

Tabela 3 – Saldo por sexo (Brasil, julho de 2022)

	jul./21	jul./22	acum. 12 meses	Var. (%) 12 meses
Homens	175.942	137.235	1.305.436	4,8
Mulheres	130.535	81.667	1.252.583	6,0
Total	306.478	218.902	2.558.019	5,4

Fonte: Novo CAGED e RAIS (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 4 apresenta a distribuição do saldo de empregos formais no mês de julho segundo o nível de escolaridade. Inicialmente, observa-se que os trabalhadores que possuíam ensino médio completo responderam por 76% de todas as vagas formais criadas no mês em apreço, percentual que em termos absolutos correspondia a 165,4 mil novas vagas, mesmo que a variação anual tenha atingido 7,9%. Já os trabalhadores com ensino médio incompleto responderam por 8,5%, o que correspondia a 19 mil vagas. Assim, nota-se que aproximadamente 85% das vagas formais de trabalho criadas em julho/22 estava localizada no ensino médio. Das vagas ocupadas por pessoas com ensino médio completo, 70 mil delas estavam concentradas no setor de serviços e 36,7 mil no comércio. Já as vagas dos trabalhadores com ensino médio incompleto estavam concentradas predominantemente nos setores da indústria (6,2 mil) e de serviços (6 mil).

Tabela 4 – Saldo por nível de escolaridade ajustado (Brasil, julho de 2022)

	jul./21	jul./22	acum. 12 meses	Var. (%)
Analfabeto	1.186	1.391	8.494	5,2
Fundamental Incompleto	15.281	13.781	52.719	1,3
Fundamental Completo	13.656	11.940	83.913	2,3
Médio Incompleto	29.174	19.022	217.834	8,0
Médio Completo	224.709	165.498	1.922.383	7,9
Superior Incompleto	13.606	5.936	83.561	4,4
Superior Completo	8.868	1.335	189.133	1,8
Total	306.477	218.902	2.558.019	5,4

Fonte: Novo CAGED e RAIS (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

Além disso, é importante registrar que o ensino fundamental (completo e incompleto) ainda correspondia a 12% do total das vagas formais criadas, o que correspondia a mais de 25 mil trabalhadores. Isso indica que alguns setores do mercado de trabalho formal de Santa Catarina ainda preferem contratar trabalhadores com baixa escolaridade. E isso se verifica de forma mais explícita quando se analisa a participação das vagas de trabalhadores com nível superior, destacando-se que a contratação de pessoas com ensino superior completo foi inferior às contratações de trabalhadores analfabetos.

A Tabela 5 apresenta a distribuição do emprego formal por faixa de remuneração. Em primeiro lugar, observa-se que a grande maioria dos postos formais de trabalho está localizada na faixa de remuneração que varia entre 1 e 2 salários mínimos, ou seja, 81% das novas vagas criadas no mês de julho/22 se localizaram nesta faixa de rendimento, representando um saldo de 195 mil vagas. Já a faixa de remuneração de 0,5 a 1 salário mínimo gerou 16 mil novas vagas formais de trabalho no mesmo período, representando 13% do total de vagas do mês. Finalmente, a faixa de até 1/2 salário mínimo respondeu por 3,6% do total de vagas em julho/22.

Tabela 5 – Saldo por faixa de remuneração (Brasil, julho de 2022)

	jul./21	jul./22	Acum. 12 meses	Var. (%) 12 meses
Até 0,5 SM	6.767	3.664	83.091	20,2
De 0,5 a 1 SM	-23.376	16.705	77.216	2,0
De 1 a 2 SM	290.528	195.350	2.493.266	11,1
De 2 a 3 SM	24.189	5.033	134.679	1,8
De 3 a 5 SM	7.155	-1.933	33.742	0,6
Mais de 5 SM	11.317	83	82.841	1,2

Fonte: Novo CAGED e RAIS (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

Nota: Faixas de remuneração em salários mínimos de 2022 (R\$ 1.212)

Desta forma, verifica-se que 97% dos postos formais de trabalho criados no mês em apreço são de remuneração inferior a dois salários mínimos. Tal cenário indica que está em curso uma precarização das relações formais de trabalho, a qual afeta mais fortemente as faixas com as menores remunerações, uma vez que são as primeiras a perder

o poder de compra, ao mesmo tempo em que o nível de endividamento das mesmas aumenta.

Evolução do emprego formal em Santa Catarina

A Tabela 6 apresenta a evolução do emprego formal em Santa Catarina no mês de julho/22, segundo os grupos de atividades econômicas. Inicialmente, verifica-se que no mês em apreço foram gerados 4,5 mil novos postos formais de trabalho no estado, mas diferentemente do que vimos no âmbito nacional, não foi o setor de serviços quem protagonizou a criação de emprego no estado, mas sim a construção com 1,4 mil novas vagas de trabalho criadas, ou seja, esse setor respondeu 32% do total de vagas do mês. Dentre as atividades da construção, o subsetor de construção de edifícios foi quem mais se destacou com 531 dessas vagas. No acumulado de 12 meses, o setor da construção apresentou a maior taxa de crescimento, com variação de 13%.

Tabela 6 – Saldo por grupamento de atividade econômica (Santa Catarina, julho de 2022)

	Saldo		Var. (%)	
	jul./21	jul./22	Mês	Acum. 12 meses
Agropecuária	-157	-33	-0,1	1,3
Comércio	2.662	956	0,2	5,2
Construção	1.492	1.452	1,2	13,0
Indústria	4.411	738	0,1	2,5
Serviços	3.981	1.438	0,2	7,7
Total	12.389	4.551	0,4	5,5

Fonte: Novo CAGED (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

Já o setor de serviços, de maneira muito similar à construção, criou 1,4 mil novos vínculos formais de trabalho em julho/22. Com isso, nota-se que esses dois setores (construção e serviços) foram responsáveis por 64% das vagas formais criadas no mês em apreço. Ainda com relação aos serviços, destaca-se que o elevado índice de desligamentos nos subsetores da educação e da administração pública, que normalmente são os subsetores que puxam o desempenho dos serviços, foram os responsáveis pelo baixo saldo. Mesmo assim, no acumulado do ano o setor teve o segundo maior percentual (7,7%) no conjunto dos grupamentos de atividades econômicas.

O comércio registrou o terceiro maior saldo dentre os setores em Santa Catarina, com 956 novas vagas, o que correspondia a 21% do total mensal. Em termos de

subsetores, observa-se que o comércio varejista concentrou a maior parte do saldo, com 637 vagas. Com isso, o setor teve um crescimento acumulado de 12 meses da ordem de 5,2%.

Já o setor industrial apresentou alta de somente 738 vagas formais de trabalho em julho/22, o que representou 16% das vagas criadas no mês. Esse baixo crescimento das vagas formais do setor industrial se explicita no crescimento acumulado no ano de apenas 2,5%. A fabricação de produtos alimentícios e de artigos do vestuário e acessórios foram as atividades que mais se destacaram no mês, sendo que o saldo negativo ficou por conta do subsetor de fabricação de produtos de madeira, com redução de 436 vagas.

Finalmente, a agropecuária foi o setor que apresentou retração de 33 vagas formais no mês. Com isso, a variação acumulada do ano foi de apenas 1,3%. Em julho/22, os únicos subsetores que tiveram saldo positivo foram os da pesca (93 vagas) e de lavouras permanentes (48 vagas), sendo que todos os demais subsetores da agropecuária apresentaram saldos negativos, em especial o cultivo de oleaginosas de lavoura temporária (-111 vagas).

A Tabela 7 apresenta a evolução dos vínculos formais de trabalho no mês de julho/22, segundo o sexo dos trabalhadores. Neste caso, verifica-se que houve uma predominância da força de trabalho masculina no mês, com aproximadamente o dobro das vagas ocupadas pelas mulheres, ou seja, as vagas formais preenchidas no referido mês foram de 65%. Em termos de grupamento de atividades, observa-se que os homens lideraram as contratações no setor da construção e na agropecuária, enquanto as mulheres nos serviços e no comércio. Entretanto, quando se analisa o acumulado de um ano, nota-se que as mulheres apresentaram um saldo superior da ordem de 2,7 mil vagas, inclusive com uma variação superior de 1,1%.

Tabela 7 – Saldo por sexo (Santa Catarina, julho de 2022)

	jul./21	jul./22	acum. 12 meses	Var. (%)
Homens	5.718	2.969	60.256	4,5
Mulheres	6.671	1.582	63.009	5,6
Total	12.389	4.551	123.265	5,0

Fonte: Novo CAGED e RAIS (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 8 apresenta o saldo do emprego formal catarinense no mês de julho/22, segundo o grau de escolaridade. Da mesma forma que o observado no país, as pessoas

com ensino médio completo foram aquelas que mais conseguiram as vagas formais de emprego no estado. Já a faixa de ensino médio incompleto, com 883 vagas, respondeu por aproximadamente 20% do total mensal. Com isso, observa-se que nestas duas faixas de escolaridade estavam concentradas a totalidade das contratações de julho no estado catarinense, descontados os saldos negativos dos outros grupamentos.

Analisando o acumulado dos últimos 12 meses, nota-se que a faixa de ensino médio completo, representando 69% do saldo acumulado e tendo aberto 85 mil novas vagas no período, apresentou a segunda maior variação dentre todas as faixas de escolaridade (7,2%), enquanto a faixa do ensino médio incompleto teve a maior variação positiva nos últimos 12 meses, ou seja, da ordem de 8,4%.

Tabela 8 – Saldo por nível de escolaridade (Santa Catarina, julho de 2022)

	jul./21	jul./22	acum. 12 meses	Var. (%) 12 meses
Analfabeto	-124	117	727	5,9
Fundamental Incompleto	36	-155	2.833	1,3
Fundamental Completo	454	118	6.155	2,6
Médio Incompleto	2.037	883	16.394	8,4
Médio Completo	8.680	4.771	85.238	7,2
Superior Incompleto	726	-162	4.429	3,5
Superior Completo	580	-1.021	7.489	1,5
Total	12.389	4.551	123.265	5,0

Fonte: Novo CAGED e RAIS (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 9 apresenta a distribuição do emprego formal no mês de julho/22, segundo as faixas de remuneração. A faixa entre 1 e 2 salários mínimos, com 6,4 mil vínculos, acabou sendo maior que o saldo total do estado, devido aos desligamentos presentes nas faixas salariais superiores. O segundo maior saldo ocorreu na faixa de 0,5 a 1 salário mínimo, mas com somente 797 mil vagas. Somadas com as 51 vagas formadas nas faixas de renda até 0,5 SM, estas são as três únicas que encerram o mês em alta.

As faixas salariais superiores a 2 salários mínimos sofreram retração de 2,7 mil vagas em julho, aumentando ainda mais a concentração de vagas nas faixas de remuneração inferiores. Esse comportamento de Santa Catarina é consideravelmente mais expressivo que o verificado para o conjunto do país, indicando que a precarização das condições salariais pode estar sendo mais expressiva em Santa Catarina, especialmente neste mês de julho, comparativamente ao conjunto do país. E isso tem implicações diretas

sobre a capacidade de reprodução das condições de vida dessas camadas de assalariados que recebem, no máximo, até dois salários mínimos mensais.

Tabela 9 – Saldo por faixa de remuneração (Santa Catarina, junho de 2022)

	jul./21	jul./22	Acum. 12 meses	Var. (%) 12 meses
Até 0,5 SM	-32	51	2.548	13,9
De 0,5 a 1 SM	632	797	11.051	7,6
De 1 a 2 SM	9.569	6.408	112.423	9,5
De 2 a 3 SM	2.156	-1.138	11.014	2,3
De 3 a 5 SM	467	-838	2.841	1,0
Mais de 5 SM	605	-729	3.273	1,5

Fonte: Novo CAGED e RAIS (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 10 mostra a distribuição mesorregional dos empregos formais no mês de julho/22. Inicialmente destaca-se que a região do Vale do Itajaí registrou o maior saldo do mês e o maior saldo acumulado do ano, mediante a abertura de 1,1 mil e 39,5 mil vagas, respectivamente. Em julho, o saldo da região correspondeu a 24% da totalidade das vagas criadas no estado, sendo que o desempenho dessa região foi impulsionado pelo setor de serviços, especialmente pelas atividades de transporte, armazenagem e correio. Com isso, no acumulado anual a região cresceu 7,6%, a maior taxa dentre todas as regiões.

Em termos absolutos, a região da Grande Florianópolis foi a segunda com o maior número de postos formais de trabalho, ou seja, 946 empregos no último mês. Essas vagas foram criadas pelos setores de serviços e do comércio. Mesmo assim, a região apresentou a maior variação positiva dentre todas as regiões no acumulado de 12 meses, da ordem de 7,6%.

A região Norte manteve-se no ritmo de crescimento do estado, com alta mensal de 0,5% ao final do mês considerado, fruto de um saldo de 734 vagas formais de trabalho. Esse resultado foi muito influenciado pelo setor de serviços, com destaque para as atividades administrativas e serviços complementares. Porém, vale mencionar os desligamentos que ocorreram na indústria catarinense, apesar do setor ter encerrado o mês com saldo positivo. Por isso, a região aparece com o segundo menor acumulado dentre todas as mesorregiões (4,4%).

Na sequência, a região Sul apresentou um saldo positivo de 665 mil vínculos formais, com crescimento de 0,2%. O setor de serviços e comércio foram os principais

responsáveis por esse aumento das vagas. No acumulado do ano, a mesorregião Sul catarinense teve 16,8 mil novas vagas formais e um crescimento de 6%.

Tabela 10 – Saldo por mesorregião (Santa Catarina, julho de 2022)

	julho./22		Acum. 12 meses	
	Saldo	Var. (%)	Saldo	Var. (%)
Grande Florianópolis	946	0,2	31.010	7,6
Norte	734	0,2	19.392	4,4
Oeste	673	0,2	12.125	3,1
Serrana	432	0,5	4.502	4,9
Sul	665	0,2	16.844	6,0
Vale do Itajaí	1.101	0,2	39.516	6,5
Total	4.551	0,2	123.389	5,5

Fonte: Novo CAGED (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

O Oeste Catarinense abriu 673 mil vagas no mês de julho/22, com uma variação de 0,2% em seu estoque de vagas formais de trabalho. Os serviços foram os protagonistas do saldo do oeste catarinense. Com isso, a região atingiu um saldo anual de 12,1 mil vínculos formais de trabalho e um aumento de 3,1% no ano, configurando a variação percentual mais baixa entre todas as mesorregiões.

Por fim, na região Serrana ocorreu a abertura de mais 432 novas vagas, o que correspondia a menos de 10% do total estadual. O fator responsável por essa baixa quantidade mensal de novas vagas pode estar relacionado ao fechamento de vagas em alguns subsetores devido à sazonalidade desse ramo de atividade econômica. Mesmo assim, o acumulado dos últimos 12 meses da região atingiu uma taxa de 4,9%, a terceira menor dentre todas as mesorregiões.

A Tabela 11 analisa os saldos das vagas formais nas 13 cidades de Santa Catarina que possuem mais de 100 mil habitantes, destacando-se que as mesmas foram responsáveis por 36% de todos os postos formais criados no estado durante o mês de julho/22. Isso indica que os novos empregos formais no estado não estão sendo gerados de forma tão concentrada nas grandes cidades como vinha ocorrendo. O município que teve a maior representatividade dentre os analisados foi a capital Florianópolis, com saldo de 578 vagas formais de trabalho, tornando-se responsável por 12,7% do saldo total do estado. Praticamente a totalidade das vagas formais criadas nessa cidade foi impulsionada pelo setor de serviços com ligeira participação do setor de comércio, além de pequenas

oscilações negativas em alguns subsetores na indústria de transformação da região e na construção de edifícios.

Tabela 11 - Saldo das cidades com mais de 100 mil habitantes (Santa Catarina, julho de 2022)

Municípios	Mês	Var. (%)	Part. (%) no saldo estadual
Florianópolis	578	0,3	12,7
Itajaí	363	0,4	8,0
Joinville	345	0,2	7,6
Brusque	208	0,4	4,6
Criciúma	189	0,3	4,2
Palhoça	154	0,3	3,4
Balneário Camburiú	135	0,3	3,0
Chapecó	90	0,1	2,0
Tubarão	72	0,2	1,6
Lages	56	0,1	1,2
Jaraguá do Sul	-6	0,0	-0,1
São José	-228	-0,2	-5,0
Blumenau	-332	-0,2	-7,3
Total	1.624	0,1	35,7

Fonte: Novo CAGED (2022); Elaboração: NECAT/UFSC

O município de Itajaí, com a abertura de 363 vagas formais, passou a ser a segunda cidade com maior participação, representando 8% do saldo estadual. Neste caso, nota-se uma diversidade maior da atuação do setor industrial.

Em contraste com os dois maiores saldos, verifica-se que os municípios de Blumenau, Lages e Jaraguá do Sul apresentaram saldos negativos que, quando somados, atingiram aproximadamente 566 postos de trabalho eliminados. Destaca-se que nessas cidades, os saldos negativos decorreram de diversos setores, exceto na construção.

Considerações Finais

O número de postos formais de trabalho criados no mês de julho/22 teve uma queda expressiva em relação aos meses imediatamente anteriores, inclusive em comparação com o conjunto do país. Em grande medida, esse resultado está associado ao baixo número de contratações no setor de serviços, o qual vinha sustentando os bons resultados apurados nos meses anteriores. Tal desempenho não foi ainda pior porque se registrou um bom ritmo de contratações no setor industrial.

Regionalmente, nota-se um ritmo mais lento das contratações em todas as regiões do estado, destacando-se o Vale do Itajaí com o maior volume de contratações formais. Já os municípios de Florianópolis, Itajaí e Joinville se destacaram, uma vez que juntos responderam por aproximadamente 30% do saldo estadual.

Além disso, notou-se uma tendência de concentração das novas vagas nas faixas de remuneração inferiores somado ao elevado índice de desligamentos de vagas de emprego nos setores onde há melhor remuneração. Esse comportamento de Santa Catarina é bem mais expressivo que o verificado para o conjunto do país, indicando que a precarização das condições salariais pode estar sendo mais expressiva em Santa Catarina, comparativamente ao conjunto do país. E isso tem implicações diretas sobre a capacidade de reprodução das condições de vida dessas camadas de assalariados que recebem, no máximo, até dois salários mínimos mensais.

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**: julho/22. julho/22. 2022. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2022/08/052c2fb811e83994ca65268dc6e917ab.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (Brasil). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (org.). **NOVO CAGED**. 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 02 jul. 2022.

NSC TOTAL: SC fica de fora da lista de estados que mais criaram empregos pela 1ª vez em 2022. Santa Catarina, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-fica-de-fora-da-lista-de-estados-que-mais-criaram-empregos-pela-1a-vez-em-2022>. Acesso em: 05 set. 2022.

A FOME ATINGE APROXIMADAMENTE 900 MIL PESSOAS EM SC

Lauro Mattei*

Há mais de um século sabemos que a fome não é obra da natureza. Desde o clássico livro **“Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço”**, de Josué de Castro e com primeira edição publicada em 1946, sugere-se que esse fenômeno social seja debatido à luz dos ensinamentos desse autor. Para ele, a fome não era resultado da expansão da população e nem do quantitativo de alimentos disponível, mas sim das relações sociais perversas que levavam à conformação de sociedades extremamente desiguais em diversas partes do mundo em função da má distribuição da riqueza, cada vez mais concentrada. Além disso, o autor destacou no início de sua obra que interesses e preconceitos de ordem moral, econômica e política da chamada “civilização ocidental” tornaram a fome um tema proibido ou até mesmo de difícil abordagem.

A partir daí alguns mitos passaram a ser questionados, especialmente os de ordem natural e aqueles de ordem social. Os primeiros ancoravam as explicações do fenômeno à luz das influências climáticas sobre a estrutura de produção alimentar, enquanto os de ordem social procuravam culpabilizar a própria população faminta responsabilizando-a pela situação em que se encontrava, uma vez que os famintos eram pessoas que viviam no ócio e sem produzir nada. Infelizmente, alguns segmentos sociais ainda continuam utilizando tais argumentos nos dias atuais.

No caso brasileiro, recorrentemente esse tema tem tido espaço na agenda política nacional. Por exemplo, na última década do século XX o país assistiu a uma campanha inédita de mobilização da sociedade em prol do combate à fome que naquele momento se expandia fortemente em todas as unidades da federação. Tal crescimento do fenômeno decorria dos problemas econômicos, sociais e políticos da época, em especial da inflação e do desemprego em taxas elevadas e da perda de poder de compra dos trabalhadores. Tal movimento nacional liderado pelo sociólogo Betinho se assentou no lema de que “quem tem fome tem pressa”.

Mesmo diante de um conjunto de políticas públicas destinadas à erradicação desse flagelo social que foram implementadas nas duas décadas seguintes, o problema não foi efetivamente solucionado no país. Portanto, a pandemia provocada pelo novo coronavírus

* Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br Artigo escrito em 16.09.2022

apenas recolocou o tema na agenda política nacional, inclusive chamando atenção para a gravidade da situação em muitas localidades. Assim, a partir de 2020 a sociedade brasileira passou a conviver cotidianamente com cenas terríveis, como aquelas reveladas pelas emissoras de televisão e pelas redes sociais mostrando as enormes filas de pessoas para comprar osso em açougues ou então das pessoas correndo atrás de caminhões de lixo para catar restos de alimentos.

Diante desse cenário, a Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) realizou seu primeiro “Inquérito” sobre o assunto no mês de dezembro de 2020. Tal trabalho evidenciou que os efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus iam muito além de uma crise sanitária, uma vez que estavam sendo realçados problemas estruturais em várias esferas, especialmente nas áreas econômica e social. Particularmente nesta última, o problema histórico da fome e da insegurança alimentar foi repostado, uma vez que após a incidência da Covid-19 na sociedade brasileira a partir de 2020 observou-se que 19% da população estava passando fome, enquanto outros 55% estavam sob a condição de insegurança alimentar, percentuais que estavam indicando que as privações causadas pela pandemia do Coronavírus se somaram a pandemias associadas ao empobrecimento e às desigualdades já instaladas na sociedade brasileira. Tal estudo mostrou, ainda, que o cenário dominado pelo “vírus da fome” não era resultado apenas da Covid-19, mas também de políticas do atual governo que desmantelaram o precário sistema de proteção social do país, particularmente das políticas públicas destinadas à promoção da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Entre os meses de novembro/21 e abril/22 foi realizado o IIº Inquérito Vigisan, cujos resultados agregados para o país foram divulgados no mês de julho/22, enquanto os resultados para cada unidade da federação foram divulgados em 12.09.2022. No âmbito do país, esse novo estudo mostrou que 33,1 milhões de pessoas estavam passando no corrente ano. Em termos percentuais, esse número representou um aumento de 74% em relação aos valores registrados no Iº Inquérito Vigisan de 2020. De um modo geral, as informações desse segundo estudo mostraram que a renda continua sendo um fator determinante para a segurança alimentar, uma vez que aproximadamente 37% das famílias em condição de insegurança alimentar detinham uma renda *per capita* média de até ½ salário mínimo mensal. Isso implica considerar que, para além da Covid-19, a expansão da fome nos dois últimos está associada ao desmonte das políticas públicas praticado pelo governo Bolsonaro na esfera alimentar e nutricional, bem como aos efeitos

negativos das políticas econômicas, especialmente do aumento da inflação, do desemprego e dos juros.

Em termos metodológicos, a Insegurança Alimentar (IA) é definida a partir de três parâmetros distintos. Assim, a **IA grave** existe quando as pessoas de uma família efetivamente não tiveram o que comer ou somente fizeram uma refeição ao dia. Esta é uma situação clara em que a fome está instalada naquele domicílio, uma vez que as pessoas não conseguem comprar alimentos por falta de dinheiro. Já a **IA moderada** ocorre quando as pessoas até podem comer algum alimento, mas a dieta alimentar é insuficiente. Esta é uma situação em que há uma ruptura com o padrão de alimentação anterior. Finalmente, a **IA leve** aparece quando as famílias informam ter incerteza sobre o acesso aos alimentos no futuro, ou seja, que o estoque de alimentos acabe antes que outros sejam adquiridos, seja por falta de renda, seja por falta de acesso ao mercado alimentar.

A novidade do II Inquérito Vigisan é que foi possível tabular e interpretar separadamente as informações coletadas para todas as unidades da federação. Tal procedimento permite observar as diferenças regionais, uma vez que espacialmente a fome se manifesta com magnitudes distintas, tendo em vista as marcas históricas e as condições econômicas e sociais que se acentuaram ao longo do tempo. Assim, nota-se que a região Sul do país, que possui o menor índice de IA, também apresentou aumento em todas as categorias que fazem parte desse indicador.

Particularmente no caso de Santa Catarina, a pesquisa da Rede Penssan revelou que 59,4% dos domicílios estavam em situação de Segurança Alimentar (SA), enquanto 28,4% estavam em situação de IA Leve; 7,6% em situação de IA Moderada e 4,6% com IA Grave. Em termos absolutos, esses percentuais correspondiam a 2.091 mil pessoas com IA Leve; **558 mil pessoas** com IA Moderada e **338 mil pessoas** com IA Grave. Em termos metodológicos, a pesquisa recomenda que as informações de cada unidade da federação sejam analisadas agrupando-se as formas mais severas de IA (Moderada + Grave) em apenas uma categoria de análise, o que significa juntar os domicílios com quantidade alimentar insuficiente (dieta alimentar insuficiente) com aqueles domicílios que claramente já se encontram em estado de fome. Por esse procedimento, no estado de Santa Catarina existiam 896 mil pessoas em estado de fome.

Além disso, quando se considera as famílias com renda *per capita* mensal de até ½ salário mínimo, nota-se que há uma correspondência forte entre os casos de IA Moderada e IA Grave com baixos rendimentos familiares, mesmo em unidades da

federação com Insegurança Alimentar menor, como é o caso de Santa Catarina. Nesta unidade da federação, verifica-se que 65,7% dos domicílios com renda de até ½ salário mínimo se situam na condição de IA Moderada ou IA Grave. Nos demais estados da região Sul, o percentual do Rio Grande do Sul é 64,4%, enquanto o do Paraná é 47%. Ou seja, SC apresenta a pior condição para este quesito na região Sul do país.

Esses indicadores (renda e fome) revelam a materialidade das desigualdades sociais existentes em Santa Catarina que afetam a vida de milhares de pessoas e que não podem ser encobertas pela narrativa do “estado de excelência”, comportamento típico das elites econômicas e políticas do estado que vem se propagando por décadas e se disseminando, inclusive, para o restante do país. **As estatísticas são claras:** há uma parcela expressiva da população catarinense deslocada para a condição precária de sobrevivência, a qual vive desprovida de acesso aos bens elementares (saúde, educação, moradia e serviços sanitários adequados, etc.), além de obter uma renda mensal insuficiente sequer para adquirir a cesta básica alimentar. Portanto, são justamente essas camadas sociais que precisam ter maior acesso às políticas públicas, tanto do Governo Federal como do Governo estadual.

971 MIL CATARINENSES ESTAVAM EM SITUAÇÃO DE POBREZA AO FINAL DE 2021¹

Lauro Mattei*

Uma das heranças históricas que ainda marca o conjunto da sociedade brasileira contemporânea é a existência de níveis elevados de pobreza e de desigualdade social, fenômenos sociais que se explicitam distintamente em todo o território nacional e que exigem novas estratégias de desenvolvimento para que os objetivos sustentáveis do milênio possam ser efetivamente atingidos. Tal meta é essencial para que seja garantida a sobrevivência das gerações futuras em condições adequadas. De natureza histórico-estrutural, tal problema nem sempre é tratado adequadamente pelos gestores públicos, particularmente quando se fixam metas e objetivos de políticas públicas voltadas à erradicação desse flagelo social.

Há mais de um século estão sendo usadas diversas concepções sobre pobreza nas discussões internacionais e nos trabalhos comparativos que se expandiram à medida que a compreensão desse fenômeno social também foi evoluindo. Neste caso, destaca-se a concepção das privações relativas desenvolvida no início do século XXI, a qual sugere que a pobreza não se refere apenas à privação da renda, mas também à privação de outros recursos materiais, além da privação de acesso aos serviços sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação, alimentação, nutrição e saneamento básico. Decorrente desse processo surgiu o Index da Pobreza Multidimensional (MPI em Inglês) desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2010, o qual procura captar as diversas dimensões que compõem esse fenômeno social. São esses avanços metodológicos que colocaram a erradicação da pobreza como tema central dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável integrante da Agenda 2030.

As principais concepções de pobreza em voga atualmente

Segundo Townsend (2006), desde 1880 estão sendo usadas três concepções sobre pobreza nas discussões internacionais e nos trabalhos comparativos. A concepção de subsistência tem origem nos trabalhos de nutricionistas da era Vitoriana, tendo

¹ -Artigo resumido a partir do trabalho apresentado no Seminário Estadual sobre impactos econômicos e sociais da Covid-19 em Santa Catarina realizado na UFSC nos dias 14 e 15.09.2022

* -Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de PósGraduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br

influenciado as políticas e práticas científicas por mais de 100 anos, sendo que ainda faz parte das mensurações oficiais da pobreza em diversos países. De um modo geral, esta concepção diz que as famílias podem ser consideradas como pobres quando suas rendas não sejam suficientes para obter os bens materiais necessários para manter somente a sobrevivência física.

Ainda de acordo com esse autor, nas décadas de 1960 e 1970 emergiu a concepção das necessidades básicas agregando dois elementos centrais: o primeiro diz respeito às necessidades mínimas de consumo das famílias relacionadas aos alimentos, vestimentas e habitação, bem como aos equipamentos das casas; enquanto o segundo elemento está relacionado aos serviços essenciais disponíveis às comunidades, especialmente, água, saneamento básico, educação, saúde, transportes e acesso aos serviços culturais.

Finalmente, registra-se a concepção das privações relativas desenvolvida ao final do século XX sugerindo que a pobreza não se refere apenas à privação da renda, mas também à privação de outros recursos materiais, além da privação aos serviços sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação, alimentação, nutrição e saneamento básico. Em função desses aspectos inter-relacionados, o autor considera como pobres as pessoas que são desprovidas de renda e de outros recursos necessários para se manter em condições de vida adequadas – em termos de dieta alimentar, de acesso aos bens materiais e aos serviços sociais básicos, além de outras comodidades – as quais permitem a essas mesmas pessoas participar das sociedades, cumprir suas obrigações e estabelecer relações sociais de acordo com os costumes vigentes em cada local.

Essas distintas concepções impulsionaram o desenvolvimento de diferentes métodos para mensurar a pobreza e realizar comparações em escala internacional. Neste caso destaca-se o método desenvolvido pelo Banco Mundial que instituiu a linha de pobreza “1 dólar ao dia”, o qual agrega ao valor da cesta de alimentos os custos das despesas não alimentares (vestuário, moradia, saúde, educação), calculadas como proporção dos gastos alimentares. A partir daí faz-se uma atualização monetária dos valores e calcula-se a proporção de pessoas que fica abaixo destas linhas de renda. Este método ganhou relevância a partir de 1990 quando foi adotado pela primeira vez pelo Banco Mundial em seu relatório sobre Desenvolvimento Humano. De um modo geral, essa mensuração da pobreza passou a ser disseminada como a “pobreza monetária”, uma vez que ela se refere unicamente à insuficiência de renda para provisão do bem-estar das famílias.

Entretanto, a partir de 2010 passou a vigorar uma nova metodologia de mensuração da pobreza em escala mundial. Trata-se do Index da Pobreza Multidimensional (MPI em Inglês) desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por esse método busca-se mensurar todos os tipos de privações que as pessoas e famílias estão sofrendo, desde a falta de um nível adequado de renda a um conjunto de outras privações relativas aos direitos básicos, destacadamente nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento básico e lazer. Ou seja, o MPI procura captar as diversas dimensões que compõem esse fenômeno social. Neste caso, fazem parte, tanto os indicadores monetários como também um conjunto de outros indicadores relativos ao acesso a bens e serviços que são essenciais para promover melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

As linhas de pobreza adotadas no Brasil

No Brasil não existe uma única linha oficial de mensuração da pobreza, persistindo diversas delas como é mostrado na tabela 1. Mas o fato comum é que todas elas partem da concepção de “pobreza monetária”, a qual se refere unicamente à insuficiência de renda domiciliar para o atendimento do conjunto das necessidades familiares. A partir dessa noção, são consideradas pobres as pessoas que não conseguem obter um nível de rendimento mensal suficiente para manter um determinado padrão de vida aceitável. A partir daí foram construídas as diversas linhas de pobreza que separam as pessoas pobres daquelas consideradas como não pobres. Essa forma de classificação explica a existência de importantes diferenças quantitativas quando se discute o assunto pobreza apenas sob a premissa monetária exclusivamente.

No geral, observa-se que as políticas e programas sociais assumem metodologias muito distintas, resultando num atendimento diferenciado do público. E essa diversidade de atendimento decorre, em grande medida, dos critérios de elegibilidade que cada política ou programa define a priori. Por exemplo, o critério para a inscrição das famílias no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) é ter uma renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Já o programa Bolsa Família adota dois critérios monetários para atender as pessoas que demandam os benefícios do referido programa: a) renda familiar *per capita* de até R\$ 178,00; b) renda familiar *per capita* de até R\$ 89,00. No primeiro caso as pessoas classificadas nesse intervalo de renda são consideradas pobres, enquanto as famílias com renda de até R\$ 89,00 são consideradas extremamente pobres.

A Tabela 1: apresenta uma breve síntese das distintas linhas de pobreza monetária existentes atualmente no Brasil.

Linhas de Pobreza	Referência/Uso	Valor Nominal per capita-2020
POBREZA		
Bolsa Família	Elegibilidade ao Programa	R\$ 178,00
CadÚnico (1/2 SM)	Cadastro das Pessoas no GF	R\$ 523,00
WB- US\$ 3,30-PPC 2011	Para países de renda média-baixa	R\$ 262,00
WB- US\$ 5,50-PPC 2011	Para países de renda média-alta	R\$ 450,00
POBREZA EXTREMA		
Bolsa Família – Extr. Pobreza	Linha para Benefício básico	R\$ 89,00
Acesso ao BPC -1/4 SM	Linha de concessão do benefício	R\$ 261,00
WB- US\$ 1,90-PPC 2011	Linha para países de renda baixa	R\$ 155,00

Fonte: IBGE, SIS, 2020.

Nota: A taxa de conversão da Paridade do Poder de Compra (PPC) para consumo privado foi de R\$ 1,66 para cada US\$ 1,00 do PPC de 2011. Os valores diários foram tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para o ano de 2020.

O avanço da pobreza em Santa Catarina após o início da pandemia

Ao longo da pandemia, pesquisadores do NECAT realizaram diversas análises sobre o comportamento da renda dos catarinenses. Para tanto, foram elaborados estudos específicos para cada ano com base no comportamento da renda do trabalho disponibilizada pela PNAD Contínua do IBGE. Todavia, esses estudos não são suficientes para analisar a pobreza no estado sob a ótica da pobreza monetária, uma vez que eles não contêm uma análise mais ampla que contemple todas as fontes de rendimentos das pessoas.

Tal lacuna só foi possível de ser coberta por meio da definição de “pobreza monetária” contida na Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE relativas aos anos de 2020 e 2021. Desta forma, a tabela 2 apresenta a evolução percentual e numérica da pobreza monetária em Santa Catarina entre os anos de 2019 e 2021, conforme as linhas de pobreza estabelecidas anteriormente. Tais valores foram atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para cada ano, considerando-se a taxa de conversão da Paridade do Poder de Compra (PPC) para consumo privado de R\$ 1,66 para US\$ 1,00 do PPC de 2011.

Tomando-se o ano de 2019 como referência, nota-se que a pobreza extrema era de 1,5% no referido ano, um dos mais baixos percentuais do país. Em termos absolutos, representava aproximadamente 107 mil pessoas. Já a pobreza geral atingia 7,5% da população catarinense, ou seja, em termos absolutos mais de 536 mil pessoas se encontravam nesta condição social.

Tabela 2: Evolução % e numérica da pobreza monetária em SC entre 2019 e 2021

Linhas Pobreza	2019			2020			2021		
	Valor *	%	Total**	Valor *	%	Total	Valor *	%	Total
Extrema Pobreza	150,00	1,5	107.300	155,00	1,9	137.500	172,00	3,1	227.100
Pobreza	436,00	7,5	536.400	450,00	8,5	615.300	497,00	10,1	744.400

Fonte: SIS-IBGE (2019 e 2020) e FGV Social (2021) * Valor nominal per capita mensal (R\$)

** Total de pessoas

Esse cenário começou a se agravar no primeiro ano da pandemia em ambas as linhas de pobreza consideradas. No caso da pobreza extrema, o seu percentual subiu para 1,9%, representando 137.500 pessoas. Isso significa que no primeiro ano da pandemia mais 30 mil catarinenses adentraram a essa condição social. Já a pobreza geral aumentou em um ponto percentual, significando que mais de 78 mil catarinenses passaram a conviver em estado de pobreza no primeiro ano da pandemia.

Em 2021 a situação se agravou ainda mais, uma vez que o percentual de pessoas extremamente pobres subiu para 3,1%, representando um acréscimo de mais 89 mil pessoas em relação ao ano anterior. Mas o avanço da condição de pobreza geral foi ainda maior, uma vez que mais de 129 mil pessoas adentraram a condição de pobreza, implicando em um percentual acima de 10% da população total.

Conclusão

Nos dois primeiros anos de pandemia (2020 e 2021) aproximadamente **119 mil** pessoas passaram a ser classificadas como extremamente pobres e **208 mil** como pobres. Com isso, nesse pequeno período mais de **327 mil** catarinenses adentraram a condição de pobreza. Mesmo que esses percentuais sejam inferiores aos das demais unidades da federação, eles não devem ser minimizados pelas autoridades governamentais, uma vez que quando são consideradas as duas dimensões da pobreza (extrema e geral) se chega a cifra de **971 mil pessoas**, o que significa que ao redor de 13% da população catarinense se encontrava em situação de pobreza ao final de 2021.

Todavia, a expansão elevada da pobreza no estado não pode ser explicada apenas pela pandemia, uma vez que a crise sanitária acabou dando maior visibilidade aos graves problemas sociais já existentes no estado e que foram fortemente agravados após a crise econômica e política entre 2015-2017. Portanto, entende-se que o fenômeno social da pobreza e da fome precisa ser enfrentado numa perspectiva mais ampla, de maneira a ser

capaz de atacar as necessidades imediatas causadas pela pandemia, ao mesmo tempo em que enfrente também os problemas estruturais que promovem todas as formas de vulnerabilidades e exclusão social.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese das Informações Sociais. Rio de Janeiro (RJ), IBGE, 2019, 2020 e 2021.

NERI, M. Bem-estar trabalhista, felicidades e pandemia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Social, 2021.

NERI, M. Mapa da Nova Pobreza. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Social, 2022.

TOWNSEND, P. What is Poverty? An historical perspective. UNDP: International Poverty Centre, *Poverti in Focus*, December 2006.